



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Orientadora: Ediógenes Aragão Santos

**“A Educação Infantil do município de Santa Bárbara D’Oeste:
um resgate histórico”**

Juliana Aparecida de Oliveira

Campinas, SP – 2002



1290000178



FE

TCC/UNICAMP OL4e

2003/07/02

Juliana Aparecida de Oliveira

**“A Educação Infantil do município de Santa Bárbara D’Oeste:
um resgate histórico”**

Unicamp

2002

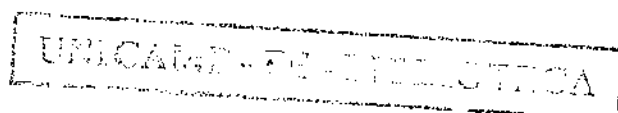
Juliana Aparecida de Oliveira

**“A Educação Infantil do município de Santa Bárbara D’Oeste: um
resgate histórico”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
exigência parcial para obtenção do diploma do curso de
Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP, sob
a orientação da Profª. Drª. Ediógenes Aragão Santos.

Campinas, SP

2002



UNIDADE	FE
RECEBUE	
TCC-UNICAMP	
OL4e	
V.	
TORNO	178
PROJ	124/03
C.	X
P.	11.00
DATA	04.11.03
Nº CDD	3084.28

**Catlogação na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

OL4e Oliveira, Juliana Aparecida de.
A educação infantil do município de Santa Barbara D'Oeste : um resgate
histórico / Juliana Aparecida de. -- Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador : Ediógenes Aragão dos Santos.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -- Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação infantil. 2. História. 3. Santa Bárbara D'Oeste -- História.
4. Creches. 5. Brincar. I. Santos, Ediógenes Aragão dos. II. Universidade
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

02-0234-BFE

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ediógenes Aragão Santos
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Goulart de Faria
2^a. leitora

Resumo

O trabalho “A Educação Infantil do município de Santa Bárbara D’Oeste: um resgate histórico”, problematiza aspectos da criação e expansão da rede municipal de educação infantil no contexto dos anos 80 e 90.

As cenas que compõem este trabalho recuperam histórias do início da educação infantil em Santa Bárbara D’Oeste, de como foi o desenvolvimento da rede durante as décadas de 80 e 90, sistematizando, analisando dados provenientes de levantamentos dos equipamentos, conteúdos, relatos, objetivando construir um histórico da educação infantil no município de Santa Bárbara D’Oeste.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

- A Deus, por ter me dado forças e por ter me ajudado a superar todos os obstáculos que surgiram nessa caminhada;
- À minha família, pelo incentivo que sempre me deram;
- Ao Marcelo, meu mestre e formador, por ter acreditado no meu potencial e por ter sido meu sustentáculo nos momentos difíceis;
- À minha comunidade querida, por ter me ajudado e compreendido minha ausência em muitos momentos;
- À minha orientadora, Ediógenes, pelo estímulo e pela orientação mais do que presente;
- Às minhas amigas Fátima, Vânia, Camila, Mari, Clara e Aninha, pela amizade e pelos momentos que passamos juntas;
- À todas as pessoas que direta ou indiretamente participaram deste trabalho, dando sugestões e indicando possíveis caminhos que poderiam ser percorridos para a concretização dessa reflexão.

“Costuma-se dizer que a árvore impede a visão da floresta, mas o tempo maravilhoso da pesquisa é sempre aquele em que o historiador mal começa a imaginar a visão do conjunto, enquanto a bruma que encobre os horizontes longínquos ainda não se dissipou totalmente, enquanto ele ainda não tomou muita distância do detalhe dos documentos brutos, e estes ainda conservam todo o seu frescor”.

(Aries, 1978:9)

ÍNDICE

PARTE I

▪ Justificativa	02
▪ Introdução	05
▪ Objetivo Geral	11
▪ Considerações Teóricas Metodológicas	
- Teoria	13
- Trabalhando com Documentos	17

PARTE II

▪ Nascimento das creches	21
▪ A Educação Infantil e a Legislação	
- A Constituição	25
- Estatuto da Criança e do Adolescente	30
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	31

PARTE III

▪ Um pouco da história da cidade	42
▪ A Educação em Santa Bárbara D'Oeste	
- Como tudo começou	53
▪ As primeiras creches do município de Santa Bárbara D'Oeste	55
▪ Atendimento hoje	61
▪ Considerações finais	66
▪ Referências Bibliográficas.....	69
▪ Anexos	77

PARTE I

Justificativa

A idéia de realizar essa pesquisa surgiu no início do ano letivo de 2001, quando participava, enquanto professora da rede municipal de educação infantil de Santa Bárbara D'Oeste, de uma palestra ministrada pela Secretária da Educação do município Dona Ana Maria Padovani, cuja finalidade era nos apresentar o Plano de Educação Infantil da rede para aquele ano.

Durante a exposição chamou-me a atenção o fato da Secretaria de Educação não dispor de muitos dados a respeito da história da educação infantil do município. Identifiquei lacunas que precisavam ser preenchidas e decidi realizar uma pesquisa que contribuísse para resgatar a história da educação infantil em Santa Bárbara D'Oeste e que aparentemente estava perdida, privilegiando como tema a educação infantil no âmbito da história sócio-cultural.

O trabalho *“A Educação Infantil de Santa Bárbara D'Oeste: um resgate histórico”*, problematiza aspectos da criação e expansão da rede municipal de educação infantil no contexto dos anos 80 e 90. Neste resgate surgem cenas que vão se apresentando e se juntando, formando assim, o quadro da educação infantil do município de Santa Bárbara D'Oeste.

As cenas que compõem esse trabalho recuperam histórias do início da educação infantil em Santa Bárbara D'Oeste, de como foi o desenvolvimento

da rede durante as décadas de 80 e 90, sistematizando, analisando dados provenientes de levantamentos dos equipamentos, conteúdos, relatos, objetivando construir um histórico da educação infantil no município de Santa Bárbara D'Oeste.

Partindo dos fatos que se desenrolavam no contexto sócio educacional do nosso país na década de 80, levantamos alguns questionamentos que nos ajudaram no desenvolvimento desse projeto de pesquisa: se no cenário nacional a sociedade civil se articulava buscando mudanças e exigindo seus direitos, o que acontecia no município de Santa Bárbara nesse mesmo período? Como toda essa movimentação nacional influenciou Santa Bárbara? Como estava se desenvolvendo a educação infantil, no município, neste período? Como as mudanças na Constituição de 1988 foram recebidas pela Secretaria da Educação do município? Como estava se desenvolvendo a educação infantil até então? Que mudanças foram produzidas com as pressões decorrentes dos movimentos sociais do período e no seu interior? Como a rede da educação infantil passou a se desenvolver? Qual foi a proposta pedagógica desenvolvida pela Secretaria da Educação? Que inovações lúdico-pedagógicas foram implementadas na educação infantil? Quais as propostas sugeridas e quais as privilegiadas? Como foram aplicadas? Houve resistência às mesmas?

Foi a partir desses questionamentos que demos início à nossa pesquisa sobre a educação infantil do município de Santa Bárbara D'Oeste. Estas questões serviram como ponto de partida e fomos buscar fatos e evidências, nos arquivos do Centro de Memória, da Biblioteca Municipal e da Secretaria

da Educação, que nos permitiriam reconstruir o quadro histórico a que esse trabalho se propõe.

Introdução

A educação infantil, que até o final do século XIX, era reservada para as crianças ricas e considerada uma filantropia para as pobres, surgiu (a partir da segunda metade do século XIX), no panorama educacional internacional com Froebel, Pestalozzi, como um estágio de riquíssimo potencial educativo, pelo qual deveriam passar todas as crianças com menos de sete anos de idade. Seja como forma de acelerar o potencial de aprendizagem das crianças consideradas "normais" , seja na forma de programas de educação compensatória para aqueles cujas carências cumulativas (desnutrição, pobreza cultural, baixos índices de escolaridade, rendas, etc), impedem de alcançar um bom desempenho na fase de escolaridade regular (Castro, 1983).

No Brasil, é a partir da década de 70 que a importância da educação da criança de 0 a 6 anos é reconhecida como parte integral do desenvolvimento humano e as políticas governamentais começam a ampliar o atendimento, em especial das crianças de 4 a 6 anos.

De acordo com Kramer (1995), no decorrer da década de 80 com a redemocratização do país, muitos fatores contribuíram para ampliar e complexificar a temática e as discussões sobre a política da educação infantil.

Dentre esses fatores, o mais significativo diz respeito a organização da sociedade civil, ao avanço dos movimentos sociais por melhores condições de vida. Organizações de mulheres, mobilização de populações pressionando prefeituras (em particular a partir das eleições estaduais de 1982), contando com a adesão, o engajamento e comprometimento de profissionais das áreas

da saúde, educação e previdência social. A participação de amplos setores da população no sentido de reverter quantitativamente e qualitativamente a situação e a concepção de educação infantil no Brasil (Kramer, 1995: 115).

É na década de 80 que:

"ocorre o processo de abertura política, as eleições diretas e a instalação do congresso Constituinte. As lutas pela escola pública intensificam-se em todo o país. As eleições estaduais e municipais favorecem o delineamento de diversas políticas públicas locais e aumentam as pressões para que o Estado reconheça, cada vez mais, a educação pública em todos os níveis como sua responsabilidade e dever. O direito à educação de todas as crianças de 0 a 6 anos é bandeira de movimentos de mulheres, de educadores e trabalhadores em geral" (Kramer, 1995: 122).

A luta por creches e pré-escolas como *"direito de todos"* ecoou no parlamento.

Para Vieira (1999) os anos 80 correspondem ao período de redemocratização da sociedade brasileira e a ampliação dos canais de participação teve como consequência direta o aumento das demandas por melhores condições de vida. O direito à educação das crianças de 0 a 6 anos surge no auge dessas demandas. A conquista do direito constitucional (1988) à educação das crianças pequenas e a ampliação da rede de creches e pré-escolas são consequências da organização popular; seja no movimento de

mulheres, seja nas associações de moradores ou, ainda, na organização dos trabalhadores em sindicatos, ratificada pela LDB.

A educação das crianças pequenas, deixa de ser uma questão privada e um problema a ser resolvido no âmbito particular, adquire um caráter público e, portanto, as soluções a serem encontradas são de responsabilidade da sociedade. A Constituição de 1988 ratifica a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade que passa a ser um direito das crianças e de suas famílias e não mais um paternalismo para com a *“mãe que precisa trabalhar fora”*.

Como podemos perceber, esse é um período de grandes mudanças e transformações no panorama político, educacional e cultural do nosso país, em especial, no que se refere à educação infantil. Esta passa a ser vista como uma *“alternativa que irá solucionar os problemas sociais, bem como os da escola de 1º grau”* (Kramer, 1995).

Para Munerato (2001: 48) os anos 80 podem ser considerados como:

“o período de busca de uma definição mais clara da função da educação infantil”.

Isso porque muitas prefeituras procuraram deslocar o atendimento, nesta faixa etária, do setor de Promoção Social, para o setor da Educação Infantil, buscando atender o caráter educacional e não meramente assistencial, como era feito até então, principalmente com relação à creche.

Em 1989, a ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Educação) elaborou um documento segundo o qual:

“A educação da criança de zero a seis anos é dever do Estado e será integrada ao sistema de ensino, respeitadas as características das crianças desta faixa etária e será oferecida em creches para crianças de zero a três anos e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos” (Gohn, 1990: 8).

A partir de então, a creche e a pré-escola foram incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica e não mais assistencial e passando a constituir um dever do Estado e direito da criança e do trabalhador. Assim, a educação infantil passou a ter a função de:

“proporcionar condições para o desenvolvimento físico, psicológico e intelectual da criança em complementação à ação familiar” (Gohn, 1990: 13).

Piracicaba é um exemplo disso. Segundo Luiz Antonio da Cunha, o prefeito João Hermann Neto, em 1976, convocou uma equipe pedagógica que definiu uma orientação que procurava ultrapassar o discurso e a prática pedagógica brasileira nos anos 70.

O Plano Municipal de Educação elaborado sob o lema “*substituir a escola de poucos pela escola de muitos*” consistiu praticamente na previsão da construção de Centros Polivalentes de Educação e Cultura – CEPECs.

Eles surgiram da demanda da periferia urbana, para quem as creches e o ensino pré-escolar colocavam-se como uma reivindicação prioritária em termos de educação.

Cada CEPEC era instalado em resposta à reivindicação de uma comissão de pais ou comissão de creche. Os CEPECs se gabavam de oferecer alimentação farta e de composição que buscava ser adequada ao desenvolvimento das crianças, o que lhes facultava reivindicar a situação de modelo de alimentação escolar em todo o Estado de São Paulo.

A orientação político-pedagógica impressa aos CEPECs, buscava basear suas atividades educativas nas demandas e na participação popular. Porém as eleições de 1982 selaram a sorte dos CEPECs. Aos poucos a experiência foi sendo demolida no que tinha de pioneira, passando a se incorporar aos padrões comuns de atendimento ao pré-escolar existente no país.

Segundo Cunha (1991), as crianças perderam as atividades pedagógicas, recebendo apenas recreação. A educação complementar foi abolida. A equipe pedagógica se dispersou. Os monitores foram substituídos por egressos de escolas de formação de professores, alheios ao movimento comunitário e integrados na administração municipal. A seleção das crianças

passou a ser feita pelo critério clientelístico, a gratuidade não deixando de existir devido à resitência da população organizada

Como podemos perceber, havia uma grande movimentação existente no cenário educacional nacional e regional, na década de 80 e 90, e isso influenciou o município de Santa Bárbara, de diferentes maneiras. As reivindicações por um melhor atendimento da clientela da educação infantil foram constantes e intensas. A Constituição de 1.988 contribuiu para uma maior exigência dos pais no que se refere ao público infantil. As pressões da comunidade para a criação de novas creches e Emeis aparecem cotidianamente nos meios de comunicação, seja na imprensa escrita (jornais) ou falada (programas de rádio e televisão). A população se mobilizava para exigir seus direitos.

Os rumos da educação infantil mudam. Começa um período de expansão deste nível de ensino, respondendo às pressões da comunidade. A rede municipal de educação infantil começa a se ampliar. Emeis são criadas, professores são contratados, começando um período de crescimento quantitativo e qualitativo que pretendemos problematizar neste trabalho.

Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa foi o de reconstituir, analisar e interpretar o desenvolvimento da educação infantil do município de Santa Bárbara D'Oeste nas décadas de 80 e 90.

Demarcamos esse período por ter sido de grandes mudanças e transformações, tanto no contexto nacional, quanto no municipal. Foi uma época de tomada de consciência na luta pelos direitos e liberdades democráticas, de reivindicações, de manifestações, vitórias e de derrotas após 20 anos de ditadura militar no país.

Foi nesse período que a educação infantil de Santa Bárbara D'Oeste deu um grande salto quantitativo e qualitativo e a nossa intenção foi a de trazer à tona os autores que participaram deste movimento, suas expectativas e embates com as autoridades municipais, com relação a educação infantil no quadro institucional.

Essa pesquisa procurou reconstruir o passado para compreender o presente. E isso é, na minha opinião, de grande relevância social, pois temos poucas informações e nenhuma pesquisa empírica sobre a história da educação infantil no município.

Como se trata de uma pesquisa na área da História da Educação Infantil, priorizando o tema da educação, pretendemos explicitar as expectativas, os embates e reivindicações dos participantes frente às

autoridades municipais no quadro de uma educação para seus filhos no quadro institucional.

Considerações Teóricas e Metodológicas

- Teoria

Escrever a história da educação infantil do município de Santa Bárbara D'Oeste significa atribuir sentidos e interpretações aos fatos e acontecimentos do período.

Essa pesquisa sobre a educação infantil do município de Santa Bárbara D'Oeste situa-se em fundamentos teóricos do âmbito da História para a construção da história da educação infantil do município.

Visando e buscando responder as questões problematizadas procuramos articular as pressões, organizações de famílias, reivindicações da sociedade de Santa Bárbara D'Oeste pela educação infantil na década de 80/90, com os movimentos sociais do período.

Utilizamos como fontes, textos específicos que tratavam sobre as diferentes reivindicações dos movimentos sociais da década de 80 e 90. Estas reivindicações aparecem explicitamente nos textos de Sonia Kramer. Suas pesquisas nos permitiram conhecer um pouco mais sobre a história das reivindicações e das lutas por uma educação de melhor qualidade e que atendesse todas as faixas etárias.

Kramer nos auxiliou a compreender o contexto histórico da educação no nosso país, abordando as questões que movimentavam o cenário educacional

nas décadas de 80 e 90. A narrativa de Kramer nos permitiu contextualizar o cenário nacional, os fatos e acontecimentos que contribuíram para que modificações fossem introduzidas na educação infantil.

Três tipos de fontes diferenciadas foram utilizadas através de textos oficiais e não oficiais. Trabalhamos a educação infantil na Constituição de 88, na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Para isso utilizamos textos do MEC, da Fulvia Rosemberg, Maria Malta Campos e Sonia Kramer.

Articulamos a macro e a micro história; a história geral com a história local, pois Santa Bárbara se desenvolve sem perder de vista sua identidade; sua história se insere num contexto mais amplo da sociedade brasileira e é influenciada por ele.

Janaína Amado nos ajuda a entender isso quando trabalha a questão da *“História e Região”*. Nesse trabalho ela discute a questão da macro e micro região que contribuiu, e muito, para o nosso projeto de pesquisa. Segundo ela, *“região”* (associemos ao termo cidade) é uma categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade; configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula. Santa Bárbara é uma cidade com características e particularidades que só ela tem e é com essas especificidades que ela se articula e interage com um contexto mais amplo e diversificado.

Segundo Amado, o conceito de região surgiu da necessidade do homem de entender e ordenar as diferenças constatadas no espaço terrestre e, desde então, vem procurando dar conta, segundo os conhecimentos e a compreensão próprios de cada época histórica, exatamente da diversidade da organização espacial existente no planeta.

Um outro ponto abordado nessa pesquisa é a questão do “*brincar*” na educação infantil. O jogo e o brinquedo nos seus dois aspectos: o lúdico e o pedagógico. As pesquisas de Tizuko Kishimoto foram referenciais importantes na análise e interpretação dos dados coletados sobre Santa Bárbara D’Oeste.

A discussão que a autora faz sobre o brincar e suas múltiplas relações permitiram a estruturação do nosso capítulo sobre o “*jogo na educação infantil*”.

O nosso objetivo foi o de reconstruir a história da educação infantil de Santa Bárbara D’Oeste, sem compartimentá-la e fragmentá-la, mas sim, construindo um discurso que apresentasse significado para nós e para o leitor, que estivesse relacionada com os acontecimentos gerais e que não ficasse presa apenas a fatos locais. A intenção foi a de articular o texto no contexto mais amplo, com o contexto local, respeitando as características culturais, sociais e econômicas do município de Santa Bárbara D’Oeste.

O campo de pesquisa desse projeto foi a rede de educação infantil do município de Santa Bárbara D’Oeste. Para respondermos as questões

relacionadas a educação infantil foram consultados os acervos do Centro de Memória, da Biblioteca Municipal e da Secretaria da Educação.

No Centro de Memória utilizamos a documentação textual e iconográfica referente a cidade de Santa Bárbara D'Oeste. Trabalhamos com artigos de jornais, livros, publicações da prefeitura municipal e fotos.

Utilizamos a Biblioteca Municipal para resgatar artigos de jornais do município que trouxessem informações sobre os acontecimentos da época no Brasil e em Santa Bárbara D'Oeste.

Verificamos que a Secretaria da Educação não possui os documentos referentes à Educação Infantil na década de 80. Estes documentos estão guardados no Arquivo Morto da prefeitura municipal e não pudemos ter acesso à eles. A Secretaria nos forneceu os documentos que ela possuía e que datam de 90 para frente. Infelizmente toda a documentação referente à criação da educação infantil e o seu crescimento não se encontram na Secretaria da Educação. Muito da história da educação infantil acabou ficando sem registro. Não se sabe nem ao certo qual foi realmente a primeira escola de educação infantil do município.

B) Trabalhando com documentos

Segundo Phillips (1994: 187) são considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano. Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas, arquivos escolares, fotos, etc.

Segundo Ludke:

"os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representa ainda uma fonte de informação natural, surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto" (1986: 39).

Segundo Fávero:

"o trabalho com as fontes documentais deve constituir, para o pesquisador, um diálogo permeado de questões, dúvidas e cujo resultado pretendido nem sempre resulta de análises bem arrematadas. Embora tenha como preocupação tentar responder a necessidades e conhecer os fatos para apreender uma realidade histórica, esse conhecimento não pode ser entendido como um dado definitivo e acabado. Trata-se de um conhecimento produzido e,

portanto, em contínua aproximação do real, o que implica que pode ser revisto, acrescido e até substituído por novos conhecimentos" (Fávero, 2.000: 101).

No trabalho com as fontes, não há uma verdade dada e pronta. De acordo com Fávero:

"o historiador (pesquisador) não é um arqueólogo da documentação, mediador neutro entre a verdade da fonte e a verdade da história, mas aquele que é capaz de formular uma problemática e de construir uma interpretação em que reconhece o encontro entre duas historicidades: a sua própria e a da documentação que utiliza. Assim sendo faz-se necessário problematizar o processo de construção e desconstrução das memórias sobre determinados fatos" (Fávero, 2.000: 102).

Se o documento é o ponto de partida para se conhecer um fato histórico é, também, através dele que podemos revisitar o passado e reinterpretá-lo sob uma nova perspectiva. Assim, de acordo com Fávero:

"a história faz-se com documentos escritos (quando estes existem), mas pode fazer-se, também, sem documentos escritos (quando estes não existem)".

Por isso é que a palavra "*documento*" é tomada no sentido mais amplo, pois segundo Le Goff:

“o documento pode ser escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem ou de qualquer outra maneira” (Le Goff, 1992: 540).

Nesse sentido, o papel do pesquisador é ver o passado através dos olhos do presente e à luz de seus problemas; seu principal trabalho não é registrar, mas pesquisar tendo como suporte a base teórica. É ela que dará sustento a tudo aquilo que for pesquisado.

Para Fávero, no trabalho com as fontes documentais aprendemos que, penetrando num arquivo, dialogando com os documentos, conseguimos compreender o não dito ou aquilo que foi esquecido ou silenciado. Compreendemos ainda que os documentos não guardam apenas desejos, aspirações e sonhos indivisíveis; são também produtos da sociedade que os configurou segundo as relações de força que aí detenha poder. (Fávero, 2.000: 105).

O documento, de acordo com Le Goff:

“é um monumento; resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si próprias. Daí ser preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições dos documentos” (Le Goff, 1992: 548).

Uma outra fonte de informação utilizada na nossa pesquisa foi o que denominamos de "*História Oral*". Existem várias espécies de captação oral de dados, cada uma delas guardando suas peculiaridades, obtidas por meio de fontes vivas de informações: histórias de vida, autobiografias, depoimentos pessoais e entrevistas. Todas elas fornecem o material na sua forma bruta, que precisa passar por um minucioso processo de análise.

Segundo Souza (1993: 28) os relatos orais são importantes ferramentas de pesquisa. É possível aprender os sentimentos, os pontos de vista, as influências das pessoas, as escolhas operadas e as razões destas escolhas, as aspirações e as decepções, as mortificações que tiveram que ser estabelecidas no tempo do trabalho, as relações entre os diferentes setores da vida, os modos de enfrentamento dos momentos de crise, as adaptações, as diferentes situações e interesses.

Com essas "*ferramentas*" tentamos reconstruir a história da educação infantil de Santa Bárbara, procurando trazer à tona os fatos por nós selecionados para a construção da história da educação infantil em Santa Bárbara D'Oeste, articulando texto e contexto social, político, econômico e cultural do período.

Parte II

O nascimento das creches

A creche, enquanto instituição social, surgiu, integrou-se, foi se constituindo e vem se modificando ao longo de toda a sua história. Desde o seu surgimento, no final do século XVIII, na França, acabou sendo associada ao “*assistencialismo*”. Isso porque a creche surge durante a Revolução Industrial, quando as mulheres passam a ser requisitadas como mão-de-obra para as fábricas. Segundo Oliveira (1995), a população havia se deslocado do campo para a cidade perdendo formas de cuidado da criança presentes na vida rural, que tinha como característica a família extensiva. Na cidade, as crianças ficavam nas fábricas entre as máquinas ou sozinhas nas ruas.

A creche surgiu como alternativa para garantir que a mão-de-obra feminina necessária com a Revolução Industrial, não abandonasse o trabalho para ir cuidar das crianças. Nesse sentido, a creche aparece ligada à expansão do capital, constituindo-se como um lugar destinado a abrigar crianças, fornecendo-lhes alimento e repouso durante o trabalho materno.

Surgiram então tentativas de dar um enfoque educacional à creche. Na França, reuniam-se de 200 a 400 crianças nos chamados “*asilos*” para atividades como marchas e cantos. Na Inglaterra, as instituições para crianças pequenas introduziram a alfabetização precoce, por considerar as atividades da escola como as únicas legítimas.

É no final do século XVIII e início do século XIX que educadores como Froebel (1782-1852) e Pestalozzi (1746-1827) elaboram propostas de educação para crianças de 0 a 6 anos, buscando criar condições que atendessem à especificidade dessa faixa etária.

Na literatura sobre atendimento infantil, Kishimoto identifica duas vertentes que passam a coexistir. Enquanto que a creche caracterizava-se pelo assistencialismo e estava destinada aos filhos dos operários, o jardim de infância constituía-se como uma instituição definida, como uma proposta educacional dirigida à criança pequena e para uma clientela com relativo poder aquisitivo (Kishimoto, 1987).

Ostetto (2000) nos conta que a primeira creche no Brasil surge praticamente às portas do século XX. Tem-se notícia da creche Cia. Fiação e tecidos Corcovado - RJ, para filhos de operários, em 1899.

Segundo a autora a criação da creche se dá, portanto, num contexto de transformação econômica e política do Brasil com a industrialização e urbanização.

As creches surgem não para atender as necessidades das crianças, mas sim, para permitir a ida das mães para o trabalho. Nestas instituições infantis desenvolvia-se um trabalho de cunho assistencial-custodial, pois a preocupação era apenas com a alimentação, higiene e segurança física. Não se desenvolvia um trabalho educativo voltado para o desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças, pois não era considerado como um dever social, e sim, favor ou caridade de certas pessoas ou entidades assistencialistas.

A expansão das creches no Brasil é visível a partir de 1980, quando entram em cena os movimentos sociais organizados por mulheres das periferias de grandes centros urbanos, que no final dos anos 70 e início de 80, reivindicaram creches públicas e gratuitas nos bairros periféricos (Kramer, 1995).

Para Kramer (1995) os anos 80 correspondem ao período da redemocratização da sociedade brasileira e do aumento da demanda por melhores condições de vida. O direito à educação das crianças de 0 a 6 anos surge no bojo dessas demandas.

Segundo Vieira (1999) essa expansão das creches e também das pré-escolas, obedecem a vários determinantes, entre eles:

- demanda social crescente pela escolarização de crianças menores de 7 anos;
- novo perfil demográfico da população brasileira: famílias diminuindo de tamanho, aumento da inserção de mulheres e jovens no mercado de trabalho, urbanização da população (a rua se torna perigosa, exigindo a criação de espaços institucionais para a permanência das crianças fora das famílias);
- emergência de novos movimentos sociais, lutando por melhorias na vida urbana; influência do feminismo na construção de novos significados sociais para as creches;
- demanda de creches como direito de trabalhadoras e direito de crianças à educação em espaços coletivos, que permitam trocas e interações criativas (creche como lugar de vida).

Historicamente, o atendimento às crianças de 0 a 6 anos foi realizado em creches e pré-escolas, sendo as creches ligadas às secretarias estaduais ou municipais de Promoção Social, enquanto as pré-escolas eram mantidas pelas Secretarias Estaduais ou Municipais de Educação. Somente a partir da Constituição de 1988 é que as creches e pré-escolas passaram a fazer parte do sistema oficial de ensino.

A Educação Infantil e a Legislação

- A Constituição

A educação infantil, embora expandindo-se quantitativamente, ressentia-se da falta de legislação que tratasse de sua especificidade (Munerato, 2001). É citada na Lei 5692/71 apenas com uma leve recomendação:

"Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam convenientemente educação em escolas maternas, jardins da infância e instituições equivalentes (art. 19 § 2).

A Constituição de 1988 é a primeira constituição brasileira que faz referência a direitos específicos das crianças, que não sejam aqueles restritos ao âmbito do Direito da Família. É também pela primeira vez, segundo Campos (1995:17), que:

"um texto constitucional define claramente que é direito da criança de 0 a 6 anos de idade e dever do Estado o atendimento em creche e pré-escola".

O artigo 208 afirma:

"O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade".

Para Campos (1995) esse fato apresenta uma importância significativa pois enquanto as Constituições anteriores limitavam-se a "assistir" ou "amparar" a maternidade e a infância, a Nova Carta nomeia formas concretas de garantir, não só esse amparo, mas, principalmente, a educação dessa criança.

Com a promulgação da Constituição de 1988, a educação infantil aparece como direito da criança, prioritariamente, e não somente de seus pais, como colocava a lei anterior. Assim também, a inclusão de creches e pré-escolas no capítulo "*De Educação*" aponta, de forma clara, que tanto creches como pré-escolas são educação.

Mudanças substanciais no plano da legislação educacional ocorrem no país a partir de 1988, fruto de uma história de lutas e reivindicações de diferentes setores da sociedade brasileira em prol dos direitos de crianças e jovens, o que trouxe importantes consequências para o profissional da educação infantil e para sua identidade.

A Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, traduziu avanços fundamentais ao reconhecer o direito à educação da criança de 0 a

6 anos e o conseqüente dever do Estado, mediante a garantia de *"atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade"* (art. 208), atribuindo as prioridades nesta área ao município.

Rompendo com a tradição assistencialista, a creche, juntamente com a pré-escola, inaugura assim sua presença na legislação nacional como instituição educacional.

Vejamos o que a Constituição de 1988 diz sobre a Educação:

Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Constituição de 1988 é expressão no plano jurídico legal do processo de construção democrática, trazendo consigo a defesa do regime de cooperação entre estado e município no que se refere ao processo educacional.

O artigo 211 nos mostra bem isso:

§ 2º - Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

É através da Constituição de 88 que se inicia a municipalização do ensino, com o argumento de que, assim, a comunidade teria a escola de sua preferência e seria possível contribuir para a construção do “*poder popular*” que, através da comunidade e de seus grupos representativos da sociedade civil, acompanharia e avaliaria um serviço que é prestado pelo poder público (Faria, 1999).

Isto significa que além de prover alimentação, saúde e vestuário, a creche e pré-escola devem oferecer atividades pedagógicas que estimulem a criança e ampliar as suas experiências e conhecimentos, a se interessar pela convivência em sociedade, a contemplar e a transformar a natureza que a rodeia.

Essa transição da educação infantil do assistencial para o pedagógico aconteceu no município de Santa Bárbara nos anos de 97 e 98. Até então, as creches faziam parte do Fundo Social, atuando paralelamente à Secretaria de Educação. Em uma conversa com o pessoal da Secretaria, verificamos que as condições de atuação das creches eram bem precárias; não havia material, nem recursos suficientes. Para se ter uma idéia, os professores que quisessem trabalhar alguma atividade com seus alunos, muitas vezes, precisavam tirar dinheiro do seu próprio bolso, pois a verba destinada às creches não cobria todos os gastos, impossibilitando a manutenção e a reposição dos materiais utilizados. Foi uma época difícil para as creches do município de Santa Bárbara D'Oeste.

Esse período durou mais ou menos 15 anos. Em 97 quando as creches passaram a ser responsabilidade da Secretaria da Educação esse quadro

começou a mudar, principalmente no que se refere a recursos financeiros. As creches, agora, também faziam parte do orçamento destinado à educação. Essa transição foi muito rápida, em apenas 6 meses as creches sofreram profundas transformações; muda-se a visão assistencialista que predominava até então no atendimento das creches.

- Estatuto da Criança e do Adolescente

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente foi transferida, definitivamente, para a alçada dos municípios a questão da infância e do adolescente. Este Estatuto estabelece a criação de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Vejamos o que diz o Estatuto no capítulo *“Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer”*:

Entre os direitos do indivíduo de participar dos benefícios da vida civilizada, está o direito à educação.

O art. 53 do Estatuto reproduz o artigo 205 da Constituição Federal e corporifica a intenção da Declaração Universal dos Direitos da Criança, que dispõe no 7º Princípio que:

"a criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória. Ser-lhe-á propiciada educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se em membro útil da sociedade".

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Um destaque na área da educação na década de 80 foi a elaboração de um projeto nacional de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse projeto surgiu devido à exigência que a Constituição de 88 colocou, e foi elaborado a partir das mesmas forças que haviam se organizado para a elaboração de propostas e ementas para a Constituição. Trata-se da formação de um Fórum Nacional de Educação no Brasil, fato inédito na história do país. Diferentes setores da sociedade civil e política se fizeram presentes construindo um projeto de educação para o país que englobava da creche ao ensino superior.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi promulgada em dezembro de 1996, revogando a LDB de 1961, a lei 5.540 de 1968, que reformou o ensino superior e a lei 5.692 de 1971, que acabava com a divisão entre primário e ginásio. A elaboração e discussão da nova LDB tiveram início após a Constituinte (1988), envolvendo conflitos e polêmicas entre diversos setores da área educacional. Dois projetos de LDB tramitaram oito anos no Congresso e sofreram mais de 400 emendas. O Senador Darcy Ribeiro foi o autor do texto final. Por isso, a nova LDB passou a ser conhecida como Lei Darcy Ribeiro.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mencionada pela primeira vez na história da educação do País, pela Constituição de 1934, tem por objetivo possibilitar aos sistemas de ensino a aplicação dos princípios educacionais constantes da Constituição Federal. A LDB é,

portanto, uma lei que rege os Sistemas de Ensino e sempre que uma nova Constituição é promulgada e redefine as bases da educação nacional, faz-se necessário a elaboração de uma nova LDB.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, incorpora a educação infantil no interior do sistema de ensino, ocupando o primeiro nível da educação básica, destinada a crianças de zero a seis anos, em estabelecimentos como creches, pré-escolas ou similares, conforme determina o art. 208, inciso IV da Constituição (Munerato, 2001).

Dá especial destaque à educação de crianças de zero a seis anos, situando-a como a primeira etapa da Educação Básica (art. 21). Incorporando as demandas históricas do movimento social, expressa um conceito novo sobre a educação infantil, atribuindo-lhe:

"o papel de assegurar ao educando (de 0 a 6 anos) a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores"
(Art. 22).

É a primeira vez que a expressão “*educação infantil*” aparece na lei nacional de educação. Recebe um destaque inexistente nas legislações anteriores, sendo tratada numa seção específica. É definida como primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. A lei também estabelece que a educação infantil será oferecida em creches e pré-escolas para crianças de

até três anos de idade e em pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos. Portanto, a distinção entre creches e pré-escolas é feita exclusivamente pelo critério de faixa etária, sendo ambas as instituições de educação infantil, com o mesmo objetivo: o desenvolvimento da criança em seus diversos aspectos.

Além disso, a LDB afirma que a ação da educação infantil é complementar à da família e à da comunidade, o que implica um papel específico das instituições de educação infantil complementar, mas diferente do da família, no sentido da ampliação das experiências e conhecimentos da criança, seu interesse pelo ser humano, pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade.

Vejamos o que a Lei de Diretrizes e Bases diz sobre a Educação Infantil:

Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art.31. Na educação infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Encontramos o texto integral da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Destacamos a parte referente à Educação Infantil:

Da Educação Infantil

Art. 43:

A educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem os seguintes objetivos específicos:

I - proporcionar condições para o desenvolvimento físico, psicológico e intelectual da criança, em complementarão à ação da família;

II - promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade;

Art. 44

A educação infantil será oferecida em creches, para crianças de zero a três anos, e em pré-escolas, para as de quatro a seis, e constitui direito da criança e dos seus pais, e dever do Estado e da família, na forma dos artigos 7º, XXV, 30, VI, 208, IV E 227 da Constituição.

§ 1º Os estabelecimentos integrados por creche e pré-escola serão denominados Centros de Educação Infantil.

§ 2º As creches e pré-escolas, isoladas ou integralmente, são instituições de educação infantil e se incluem no sistema de ensino do Município, cabendo a este a autorização e supervisão do seu funcionamento, inclusive quando mantidas pelas empresas para os filhos dos seus empregados.

Art. 45

As creches e pré-escolas constituirão responsabilidade prioritária dos Municípios, não excluindo, quando necessária, a ação direta dos Estados.

§ 1º A União e os Estados prestarão assistência técnica e financeira aos Municípios, no atendimento à educação infantil.

É a partir da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que a Secretaria Municipal de Santa Bárbara D'Oeste elabora sua proposta de Política Educacional. A Secretaria assume o compromisso de oferecer a todos os seus alunos, sem discriminação, uma educação de qualidade.

A Proposta Pedagógica do município de Santa Bárbara D'Oeste prioriza a formação de um cidadão consciente de seus direitos e deveres para que possa contribuir com a transformação de uma sociedade mais justa e humana.

Para alcançar esse objetivo a Secretaria propõe que cada escola re/pense coletivamente seus propósitos favorecendo, assim, o crescimento intelectual, emocional e social das crianças.

(A Proposta está no Anexo 1)

A partir da elaboração dessa Proposta Pedagógica muita coisa mudou na rede de educação infantil do município de Santa Bárbara D'Oeste. Cada unidade ficou responsável por reunir seus integrantes e elaborar a sua proposta pedagógica, de acordo com a realidade de cada local e com a clientela que é atendida.

Os planejamentos anuais também foram reformulados pelos professores. Foi lhes dado um tempo para refletir e discutir, em grupo, sobre o caminhar do trabalho até então; quais os pontos positivos e negativos e o que poderia ser mudado para melhorar a qualidade de ensino da rede. Os professores começaram a freqüentar um curso de capacitação continuada para o aperfeiçoamento da prática pedagógica.

A Secretaria da Educação tem procurado dar passos efetivos para concretizar os objetivos elencados na Proposta Pedagógica de transformar a educação do município de Santa Bárbara D'Oeste, numa educação participativa, de qualidade e para todos. Para isso valoriza-se muito o brincar.

O brincar é um ponto essencial no desenvolvimento da criança. De acordo com Leite (1993) a brincadeira é a razão de viver da criança e ela se entrega inteiramente, esquecendo-se de tudo, numa atitude que os adultos muitas vezes têm dificuldade de entender. Crianças de todas as culturas imaginam que são índios, soldados, bandidos, super-heróis, etc. A linguagem dos jogos e brincadeiras é universal, todas as crianças têm facilidade para compreendê-la.

As atividades lúdicas são tão antigas que se confundem com as próprias origens da humanidade. Muitos jogos, inclusive, representam a luta do homem pela sobrevivência.

Em séculos passados, o lúdico tinha grande importância, era compartilhado por adultos e crianças. Segundo Oliveira, através de trabalhos arqueológicos, sabemos que o brinquedo esteve sempre presente em todas as civilizações. Foram encontrados brinquedos, piões, bonecas, bolas e outros objetos e brinquedos em túmulos de crianças romanas. Com a morte da criança que lhes dava significado, também terminava a utilidade, a “*vida útil*”, daqueles objetos. Também pode-se ver em vaso gregos e

romanos numerosas ilustrações de jogos que ainda hoje são praticados. por exemplo: rodar pião, aro, iô-iô, etc.

Através das pinturas e gravuras conhecemos os brinquedos das crianças da Idade Média.

A história dos brinquedos nos mostra um ponto interessante: alguns jogos que resistem até hoje têm cerca de cem ou até mesmo mil anos de existência. Em Roma, por volta do século III, as crianças brincavam de cabra-cega, de armar casinhas, de cavalgar longas varas ou de “*tirar par ou ímpar*” (Oliveira, 1992).

Analisando o brinquedo, podemos compreender a evolução das sociedades humanas.

“O ato de brincar está presente em cada povo e a sua própria identidade cultural pode ser encontrada nos jogos e brinquedos que criou” (Raabe, 1980, in Oliveira, 1992).

O jogo associado à educação (o jogo educativo) surge por volta do século XVI. Segundo Kishimoto (1993), o jogo didático surge, como suporte da atividade didática, visando a aquisição de conhecimentos e conquista um espaço definitivo na educação infantil, com o aparecimento das manufaturas.

A introdução da brincadeira no contexto infantil inicia-se, timidamente, com a criação dos jardins de infância, fruto da expansão da proposta froebeliana que influencia a educação infantil de todos os países.

É com Froebel que o jogo, entendido como objeto e ação de brincar, caracterizado pela liberdade e espontaneidade, passa a fazer parte da história da educação infantil.

Froebel, em sua teoria, enfatiza o jogo livre como instrumento importante para o desenvolvimento infantil, e introduz a idéia de que os materiais educativos, são recursos auxiliares necessários à aquisição de conhecimento.

A teoria froebeliana, ao considerar o brincar como atividade livre e espontânea da criança e, dons e atividades, um suporte para o ensino, permite a variação do brincar ora como atividade livre ora orientada.

A expansão dos jogos na área da educação acontecerá no início deste século, quando cresce a demanda de braços para a industrialização, estimuladas pelo crescimento da rede de ensino infantil e pela discussão sobre as relações entre o jogo e a educação.

Segundo Kishimoto (1993):

o “*jogo é para a criança um fim em si mesmo*” é o adulto que dá ao jogo a conotação do “*educar*”, transformando-o em “*brinquedo educativo*”.

As divergências em torno do jogo educativo estão relacionados à dois pontos:

1. função lúdica: o jogo propicia a diversão, o prazer e até o desprazer, quando escolhido voluntariamente;
2. função educativa: o jogo ensina qualquer coisa que complete o indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e sua apreensão do mundo.

O equilíbrio entre essas duas funções: ensinar/aprender brincando, é o objetivo do jogo educativo. Entretanto, o desequilíbrio provoca duas situações: não há mais ensino, há apenas jogo, quando a função lúdica predomina, ou, o contrário, quando a função educativa elimina todo o lúdico, restando apenas o ensino.

Se o jogo perde a sua função de propiciar prazer em proveito da aprendizagem, o brinquedo se torna instrumento de trabalho, ferramenta do educador. O “*brinquedo*” já não é brinquedo, é material pedagógico ou didático.

O jogo é fundamental para a educação e o desenvolvimento infantil. Quer se trate do jogo lúdico, reduto da livre iniciativa da criança, ou do jogo educativo, que introduz conceitos, conteúdos escolares e habilidades a serem adquiridas por meio da ação lúdica.

Na idade pré-escolar, o brincar é a atividade que cumpre um papel importante no desenvolvimento psíquico. Esta constatação sugere que o educador oportunize o brincar das crianças e não trate essa atividade como de segunda categoria, que possa ser interrompida ou abreviada, introduzida provisoriamente na rotina das crianças para cobrir a falta do que fazer. Brincar é sinônimo de tempo livre num espaço rico de possibilidades para a exploração do mundo pela criança e é a atividade por meio da qual a criança mais aprende e se desenvolve (Leite, 1992).

Parte III

A) Um pouco da história da cidade...

Em princípios do século XIX, aproximadamente em 1810, uma estrada ligando a freguesia de Santo Antonio de Piracicaba à Vila de São Carlos de Campinas, foi aberta em local ainda sertão, conhecido como *“Região dos Toledos”*.



Farta em águas, cobertas por densas matas e apresentando qualidade de solo excepcional para cultivo, a região começou a ser procurada por sesmeiros e sitiantes. Dentre os sesmeiros dessa região surge o nome de Dona Margarida da Graça Martins, da cidade de Santos, viúva do sargento-mór, Francisco de Paula Martins, que por volta de 1818 adquiriu uma sesmária delimitada ao norte com o rio Piracicaba e na direção nordeste com o rio Quilombo, e para cá se dirigiu com seus filhos, parentes e escravos, a fim de estabelecer uma fazenda e montar um engenho de açúcar, o qual daria início à povoação.

Dona Margarida da Graça Martins se aventurou nos percalços do desbravamento, formando uma fazenda e fundando um povoado, bem como construindo uma capela em louvor à Santa Bárbara, que foi erguida em 1818, ano que marcou a fundação da cidade, que inicialmente foi chamada de *“Santa Bárbara dos Toledos”*, pois toda a região em que está localizada as terras do município barbareense era denominada Região dos Toledos, toda

sertão ainda e pertencente à Quarta Comarca de Porto Feliz. A região era chamada “*Dos Toledos*”, pois fora, em princípio, doada à família Toledo, tradicional na cidade de Porto Feliz. Daí a denominação de “*Ribeirão dos Toledos*”, pois as suas vertentes situam-se nessa zona, assim como parte sul do município barbareense chamada de bairro do Toledinho.



Capela Santa Bárbara

Em 1820, a fazenda de Dona Margarida encontrava-se em pleno desenvolvimento e seu núcleo de povoamento já contava com uma centena de pessoas. Nos arredores da capela, foi se constituindo o núcleo urbano, surgindo uma povoação de lavradores dedicados à indústria do açúcar e produção de cereais. Alguns armazéns e oficinas de ferreiros ali se instalaram.

A população rural foi se adensando à medida que as sesmarias iam fragmentando-se em fazendas e sítios. A vinda de imigrantes aumentou consideravelmente o número de habitantes, dando grande impulso ao desenvolvimento econômico e social da região.

Dentre estes imigrantes, um grande número era proveniente do sul dos Estados Unidos. Os primeiros americanos estabeleceram-se por volta de 1867 e influenciaram na política, nos usos e costumes da cidade e na agricultura, introduzindo o cultivo do algodão, da melancia e o uso de novos implementos agrícolas que contribuíram em muito para o progresso da agricultura.

A vinda dos americanos para o Brasil foi consequência da guerra civil norte-americana (Guerra de Secessão), entre os Estados do Sul e do Norte, causada pela taxa de importação e pela luta contra a escravidão.

Antes da Guerra, os sulistas eram os maiores produtores de algodão do mundo, exportando para os teares da Inglaterra e França. Depois, desprovidos de mão-de-obra escrava e sujeitos a pesados impostos, abandonaram as lavouras e muito imigraram.

A insatisfação dos sulistas veio de encontro à política brasileira de incentivo à imigração como forma de substituir a mão-de-obra - mais escassa devido à Lei de 1850 que proibia o tráfico de escravos - e investir no crescimento da agricultura e do país.

Entre 1865 e 1866, o governo brasileiro abre um escritório de colonização em Nova Iorque, cuja responsabilidade coube a Quintino Bocaiuva, que divulgava vantagens na imigração para o Brasil, tais como: terras e escravos. O governo estava interessado em mão-de-obra especializada.



O governo imperial brasileiro oferecia terras baratas e sob forma de hipoteca, podendo ser pagas em até três parcelas bianuais. Essas terras eram terras devolutas, pertencentes ao Estado, que muitas vezes não eram cultivadas ou estavam em áreas encharcadas. Além disso, o governo oferecia instrumentos agrícolas, transporte gratuito do Rio de Janeiro até a colônia e mais 30 dólares mensais durante seis meses para cada adulto. Nos jornais americanos da época divulgava-se que o Brasil era um país de 9 milhões de habitantes, com imensidão de terras boas para o plantio, escravos ensinados e com um partido majoritário "*Liberal*", com idéias muito semelhantes às dos sulistas.

O auge da imigração americana ocorreu entre 1866 e 1868, patrocinada pelos agentes e pelo governo brasileiro, num total de 2.800 a 3.000 imigrantes.

Esses estrangeiros se estabeleceram em várias regiões do país, mas a maioria se encaminhou para o interior do Estado de São Paulo, que contava com estradas de ferro ligadas ao porto de Santos o que facilitava o escoamento da produção. De todas as regiões que acolheram americanos, Santa Bárbara D'Oeste, foi a que mais se desenvolveu. Os primeiros americanos a chegar na cidade foram o Coronel William Hutchiinson Norris, ex-combatente da Guerra Civil Americana e ex-senador do estado do Alabama, e seu filho, que passaram a ministrar cursos sobre técnicas de cultivo de algodão aos fazendeiros locais. Uma vez estabelecidos, receberam o restante da família e outros conterrâneos.

O Coronel William H. Norris, que veio para o Brasil em dezembro de 1865, estabeleceu-se na sesmária de Domingos da Costa Machado, à beira do Ribeirão Quilombo, para plantar algodão.

Num prazo de cinco anos, cinquenta famílias de norte-americanos distribuíram-se pelas terras desde o Funil (Cosmópolis), Nova Odessa, Americana e Sumaré, sendo conhecidos como a Colônia Americana de Santa Bárbara.

Os americanos introduziram o arado, ao invés da enxada usada pelos brasileiros, diminuindo o tempo de preparo do solo e aumentando a produtividade. Nas lavouras de algodão foi adotada a técnica de rotação de cultura, alternando com o cultivo de milho e cana, para amenizar o problema de exaustão do solo. Muitas vezes os americanos traziam sementes de diversas plantas como forma de trazer um pedaço de sua nação. Entre alguns exemplos estão as melancias da Geórgia e a noz pecã, hoje cultivada no sul do Brasil.

Além do uso de carpideiras, cultivadores, grades e arados de ferro, modificaram o sistema de transporte na região com a utilização de carroções de quatro rodas substituindo os pesados e morosos carros-de-boi e as rodas com revestimento de ferro, mais leves e resistentes que as de madeira.

(Dados municipais de Santa Bárbara D'Oeste)

Um fato interessante:



Como não havia igreja protestante na região, os norte-americanos precisaram encontrar um local onde pudessem se reunir para celebrar os seus cultos e enterrar os seus mortos.

Naquela época, os cemitérios pertenciam às paróquias e não aos municípios, e neles se enterravam apenas os católicos batizados e livres.

Os norte-americanos escolheram, então, um sítio distante 7 km da Vila para ser o seu centro de reuniões. Era propriedade da família Oliver, que ali já havia enterrado vários de seus membros. Situada numa área



plana e agradável, deram-lhe o nome de “Campo”. Esse lugar passou a ser o elo de ligação entre as pequenas comunidades e representa hoje, o maior vestígio da passagem dos americanos por essa região.

Apesar de não católicos poderem ser enterrados em cemitérios no Brasil a partir da última década do século XIX, as famílias americanas ainda preservam o Cemitério do Campo para enterrar seus descendentes.

(Dados municipais de Santa Bárbara D’Oeste).

Com a inovação da agricultura a Vila Santa Bárbara pleiteou à Cia. Paulista de Estrada de Ferro, uma parada para escoar a produção. A Estação de Santa Bárbara foi inaugurada em 1875 à beira do Ribeirão Quilombo.

O desenvolvimento industrial do município de Santa Bárbara, que é conhecida pelo nome de Pérola Açucareira, teve nessa indústria, bem como na cultura de açúcar, um dos traços fundamentais da economia regional. Sabe-se que a cultura de cana-de-açúcar e a paralela transformação em açúcar e aguardente, esteve presente desde os primórdios, sendo que a própria sesmaria de Dona Margarida da Graça Martins dedicava-se a essa atividade. Porém, é a partir de 1877 que a indústria açucareira toma um grande impulso, substituindo o cultivo do algodão que era predominante na região até então. Contribuiu para isso a praga do algodão que estava transformando o seu cultivo em uma tarefa onerosa e pouco compensadora. Além disso, a valorização do preço da pinga e a lei governamental de 1855 que protegia o preço do açúcar, contribuíram para torná-lo em principal produto de exportação.

(Santa Bárbara D'Oeste - Edição Histórica).

As técnicas de cultivo e o instrumental trazido pelos americanos, considerados revolucionários para a região e para a época, passam a ser utilizados na produção de cana-de-açúcar.

Em 1877 o Major Frederico Rehder instala-se na fazenda São Pedro, comprada de Prudente de Moraes, fazendo funcionar uma serraria, cujos resultados econômicos o permitiram bem logo saldar a sua dívida.

Em 1883, o Major Rehder monta o primeiro grande engenho do município, inaugurando em 1889 a destilaria de álcool, culminando esse processo de desenvolvimento em 1902, com a escolha da Fazenda São Pedro para a instalação da Usina Açucareira que viria a ser inaugurada em 25 de julho de 1914 com o nome de Cia. Industrial e Agrícola Santa Bárbara



(Usina Santa Bárbara)

Destacamos mais duas usinas que surgiram na região: Usina de Cillos, fundada em 1903 e Usina Furlan, fundada em 1910. Atualmente apenas a Usina Furlan encontra-se em funcionamento.

(Santa Bárbara D'Oeste - Edição Histórica)

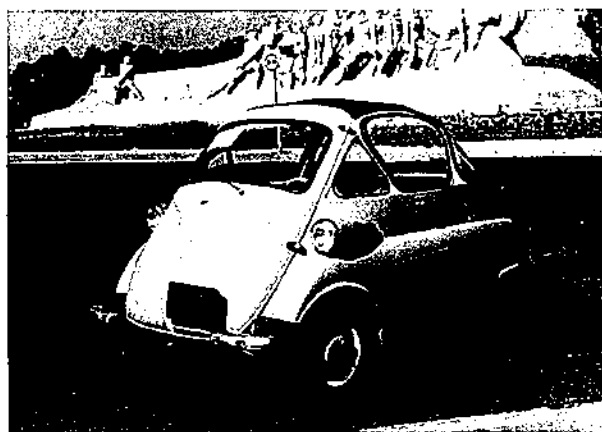
Se a primeira metade do século XX corresponde à implantação das grandes usinas como alicerce industrial ao município, já a segunda metade foi marcada pela diversificação das atividades industriais, com o aparecimento da indústria de máquinas agrícolas, a instalação de indústrias têxteis e o desenvolvimento das metalúrgicas para a fabricação de tornos.

A primeira indústria têxtil de grande porte, localizada em Santa Bárbara foi a Cia. Fiação e Tecelagem Santa Bárbara S.A., fundada em 1922 com o patrocínio do governo. A Companhia dedicou-se à fiação e tecelagem até 1970, quando passou a operar exclusivamente no campo da fiação.

Na década de 20, instala-se em Santa Bárbara D'Oeste, Américo Emílio Romi que, em 1929 abre uma firma individual, "*Emílio Romi Garagem Santa Bárbara*", que rapidamente tornou-se conhecida em toda a região. O sucesso foi grande. No período de 1933 a 1939, dentro da fábrica de pequeno porte, nasce a primeira semeadeira mecânica fabricada no Brasil.

A Romi alcança em pouco tempo uma situação privilegiada que é prejudicada em 1930 pelo início da guerra e pelo corte de suprimentos e matéria-prima. A solução foi encontrada em 1940, com a produção de tornos mecânicos. Em 1943 a Romi fabrica seu milésimo torno Imor.

O ano de 1955 foi o marco de mais um empreendimento inédito da Romi, o lançamento da Romi-Isseta, o primeiro veículo de fabricação nacional.



Nos anos 60, o governo brasileiro iniciou uma política de restrição da produção do açúcar, através da limitação de cotas para as Usinas. Seu objetivo era incentivar a instalação de destilarias para o álcool e isso foi sentido de forma negativa pelos usineiros da região. As Usinas melhor aparelhadas e que dispuseram de mais capital para investimentos no Programa do Álcool, incentivado pelo Governo, tiveram na década de 70 a sua produção aumentada. Ampliaram a área destinada ao cultivo da cana adquirindo mais terras e arrendando outras de sítiantes de Americana e Nova Odessa, antes destinandas a outras culturas agrícolas.

Aumentando a área cultivada precisaram de maior quantidade de mão-de-obra, não disponível na região. Recorreram, então à contratação de trabalhadores temporários. Esses trabalhadores eram buscados em regiões distantes; nordestinos, em sua maioria, trabalhavam como “*bóias-frias*” para os usineiros, com quem não estabeleciam contato nenhum.

Terminada a colheita, as pessoas que não retornavam aos lugares de origem, empregavam-se como diaristas nas culturas de algodão, laranja e tomate na região. Ou então, acabavam ingressando as fileiras dos subempregados, compondo a população das periferias do município.

A população de Santa Bárbara praticamente dobrou, de 15.624 pessoas, em 1950, para 31.034 pessoas em 1970.

Seguindo a política desenvolvimentista adotada pelo governo brasileiro, após a década de 70, algumas empresas barbarenses

estabeleceram convênio com escolas de segundo grau para a manutenção de cursos profissionalizantes, tais como, laboratórios de química para o açúcar e álcool, eletrônica, administração e enfermagem, visando a formação de mão-de-obra local.

(Edição Histórica de Santa Bárbara D'Oeste).

B) A Educação em Santa Bárbara D'Oeste

Como tudo começou...

Não encontramos nenhum registro histórico sobre a primeira escola a funcionar em Santa Bárbara, entretanto, existe um documento nos Arquivos de Documentos Interessantes da cidade de Piracicaba, onde consta o seguinte:

1828, Santa Bárbara dos Toledos

Afastamento do professor de primeiras letras:

Fica afastado de seu cargo de professor de primeiras letras o mestre-escola de Santa Bárbara dos Toledos, acusado de dois crimes graves:

1º) Fazer rezas ou dirigi-las na Capela sem a componente autorização do Pároco e em sua ausência;

2º) Dar ensino a meninas e moças quando isto era proibido pelas ordenações.

O professor que (segundo o relato do documento) ousara "dar ensino a meninas e moças", foi exonerado sem mais delongas pela Câmara de Vereadores da Vila Nova da Constituição, e proibido de lecionar em todo o território da Vila.

Não encontramos muitos dados sobre a educação de Santa Bárbara até o ano de 1889. Tivemos acesso apenas a quatro ofícios retirados dos arquivos da cidade de Piracicaba e que fazem referência à educação do município de Santa Bárbara.

(os ofícios encontram-se no anexo 2)

As primeiras creches do município de Santa Bárbara D'Oeste

A educação infantil, no município de Santa Bárbara D'Oeste começou um pouco tarde com relação às outras cidades da região. O maior período de crescimento da rede de educação infantil foi na década de 90 quando aumentou consideravelmente o número de alunos e, em consequência, o número de professores. De 44 professores efetivos que atuavam no ano de 1992, a rede de educação infantil de Santa Bárbara D'Oeste passou para 183 professores, no ano de 1997.

(Anexo 3)

Em 1977, o prefeito Isaías Hermínio Romano, promulga o decreto lei nº 1282 que autoriza a criação de pré-escolas no município.

(Anexo 4)

Pesquisando o acervo de jornais da Biblioteca Municipal "*Maria Aparecida de Almeida Nogueira*" encontramos uma reportagem do Jornal D'Oeste que nos mostra a deficiência de creches na cidade. Até o ano de 1978 a cidade contava apenas com a creche Menino Jesus, pertencente à Igreja Matriz de Santa Bárbara. Essa era a única creche da cidade e já não atendia mais a demanda das famílias das crianças. Era urgente a criação de novas creches para suprir a necessidade da população.

(Reportagem no Anexo 5)

Apesar da necessidade, a primeira creche municipal acaba surgindo apenas em 1982. O projeto foi elaborado no mandato do prefeito Isaías

Hermínio Romano (1977 a 1981) e colocado em prática no mandato do prefeito José Maria de Araújo Júnior (1982 a 1986). O bairro escolhido foi o do Mollon, localizado na divisa de Santa Bárbara e Americana (cidade vizinha). A prefeitura fez uma relação dos possíveis bairros em que a creche poderia ser instalada e o Mollon foi considerado o mais carente de instalação de uma creche que atendesse a necessidade das famílias que precisavam trabalhar fora.

O nome da creche foi escolhido pelos próprios moradores do bairro através de consultas às escolas, igrejas e comunidades religiosas da região.

(reportagens no anexo 6)

Em uma conversa com a Da. Márcia Maria B. Faggin (coordenadora do Ensino Fundamental do município de Santa Bárbara) descobrimos que a rede municipal de ensino de Santa Bárbara D'Oeste foi iniciada na década de 70, tendo a sua primeira Emei (Escola Municipal de Educação Infantil) sido criada em agosto de 1972 e a criação oficial em 19 de abril de 1978. Não se sabe ao certo de qual Emi se trata, Da. Márcia acredita que seja a Emei Beija-Flor.

Deste período em diante houve um crescimento da rede sem registro oficial até o ano de 1997. Os documentos de que a Secretaria dispõe datam de 1997 em diante. As informações coletadas foram retiradas de jornais encontrados no acervo do Centro de Memória e da Biblioteca Municipal.

Dentre os documentos oficiais da Secretaria da Educação encontramos o decreto 2006 que sanciona a criação da “Creche Municipal Antonio Mollon” (primeira creche municipal). (Anexo 7)



(creche Antonio Mollon)

A inauguração da primeira creche municipal foi um marco para a cidade de Santa Bárbara. A imprensa local (rádio e jornal) comentou a notícia por diversas semanas.

A solenidade contou com a presença de ilustres personalidades do meio político entre elas, o vice-governador da época, Orestes Quércia. Destacamos uma fala do prefeito José Maria de Araújo Júnior:

- “Não vamos fazer creches para manadas de animais, mas sim, para seres humanos – crianças”.

Pensou-se muito no espaço físico em que as crianças estariam utilizando. A creche foi instalada numa área de 800 m² de construção e uma grande área livre. Conta com quatro salas de aula, duas salas para berçários,

dois refeitórios, uma cozinha, um lactário, duas salas para atendimento médico, depósito, recepção e sanitários para as crianças e para os funcionários.

(Reportagem no Anexo 8).

A Segunda creche municipal de Santa Bárbara D'Oeste foi a creche do bairro Cidade Nova, "*Creche Dona Maria Araújo*". Ela foi sancionada pelo decreto-lei 2.117 de 15 de maio de 1987. (Anexo 9)



(creche Dona Maria Araújo)

A Creche "*Dona Maria Araújo*" foi inaugurada no dia 16 de maio de 1987 e veio atender a uma antiga reivindicação dos moradores daquele bairro, especialmente das mães que trabalham fora de seus lares. Segundo Kuhlmann (1998: 200):

"as mães buscam alternativas para seus filhos pequenos, compatíveis com as exigências apresentadas pelo mundo do trabalho e pela vida em centros urbanos".

As mães de Santa Bárbara não eram diferentes; precisavam de um lugar em que pudessem deixar os seus filhos para saírem para o mercado de trabalho.

(Anexo 10).

A terceira creche inaugurada foi a “*Creche Municipal Rotary*”, localizada no bairro Jardim Pérola. O decreto que sanciona a criação da Creche Rotary é o decreto 2.113 de 24 de julho de 1987.

(Anexo 11)



(creche Rotary)

A creche Rotary recebeu esse nome pois todo o mobiliário e equipamento foi doado pelo “*Rotary Clube*” de Santa Bárbara D’Oeste.

(Anexo 12)

Focalizamos essas três creches por terem sido as primeiras a fazer parte da rede de educação infantil do município de Santa Bárbara D’Oeste. Foi a partir delas que tudo começou, pois até então o município só contava

com a creche “*Menino Jesus*” pertencente a Igreja Católica. O SESI também possui uma creche, porém, 90% da clientela atendida era composta por filhos de funcionários da indústria; apenas 10% das vagas era destinada às famílias da comunidade.

O atendimento hoje

Hoje Santa Bárbara D'Oeste possui 12 creches municipais que atendem mais ou menos 885 crianças. Entre creches e Emeis a rede de educação infantil atende cerca de 5304 crianças.

(A Secretaria de Educação nos forneceu a situação atual da rede municipal de ensino de Santa Bárbara D'Oeste, vide anexo 13).

As creches do município de Santa Bárbara, em especial, as creches “Antonio Mollon”, “Dona Maria Araújo” e “Rotary”, funcionam de segunda à sexta-feira, das 7:00 h às 17:30 h. Atendem crianças de 0 a 4 ou 5 anos. As crianças de 0 a 3 anos freqüentam a creche no período integral; as crianças de 4 e 5 anos freqüentam apenas meio período (elas vêm à creche para “*ter aula*” com a professora ou professor).

A Secretaria da Educação nos forneceu o relatório mensal das matrículas que nos mostra a capacidade, o número de crianças matriculadas, a demanda e o número de vagas de cada creche municipal.

(Anexo 14)

Os critérios de seleção são estabelecidos pela Secretaria da Educação juntamente com as duas assistentes sociais que fazem as entrevistas e as visitas às famílias. A prioridade é para as crianças cujos pais trabalham fora. É preenchida uma ficha de inscrição e entrevista social para vaga na creche.

Através dessa ficha é feita uma classificação por pontos. Quanto menor a pontuação, mais rápido a criança é atendida.

(a ficha encontra-se o Anexo 15).

Segundo Sonia Florença (supervisora das creches do município de Santa Bárbara D'Oeste) a demanda maior é para as crianças de 3 anos de idade. Apesar da grande procura quase 100% das crianças de 3 anos é atendida. O problema é com as crianças de 1 ano de idade. Além da procura ser grande há uma grande dificuldade no atendimento dessas crianças, pois é necessário um número maior de funcionários (monitores), recursos e equipamentos físicos, alimentação mais rica, etc. As creches do município de Santa Bárbara ainda não conseguem suprir a necessidade da clientela de 0 a 1 ano de idade.

A proposta pedagógica de cada creche segue a linha da Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Educação Infantil. A partir da proposta geral, cada unidade faz a sua, de acordo com a realidade e com a clientela de cada uma. A única orientação que é igual para a rede toda é a valorização do brincar, do lúdico.

Nas creches "*Antonio Mollon*", "*Rotary*" e "*Maria Araújo*". encontramos as duas funções do ato de brincar: a lúdica e a pedagógica. Os jogos e brincadeiras apresentam uma dupla função: ensinar e divertir.

Para Kishimoto, o jogo como estratégia de trabalho assume um papel que pode e deve ser explorado no espaço escolar. A dupla natureza que

o brincar, o jogar possui, fonte de lazer e fonte de conhecimento, nos leva a considerá-lo como parte integrante da atividade educativa.

Isso, certamente não quer dizer que se deva deixar as crianças brincarem e esperar passivamente que elas aprendam. O importante é saber que brincar é uma tendência natural da criança, indispensável à plenitude do seu desenvolvimento, porém não significa que a brincadeira deva ser sempre descompromissada. A orientação da Secretaria da Educação é que a brincadeira seja estimulada de forma a trabalhar com o imaginário e a fantasia da criança, sem perder de vista o pedagógico.

A criança não brinca só na escola, mas é na escola que essa brincadeira torna-se estratégia de trabalho do professor, necessitando, portanto, ser analisada, planejada, buscando garantir a aprendizagem própria do momento da criança. Nas creches e pré-escolas do município de Santa Bárbara, trabalha-se o brinquedo, estimulando a fantasia. O jogo simbólico é fator primordial no trabalho dos educadores, a criança é livre para vivenciar a realidade através do imaginário.

Na brincadeira a criança se expressa por inteiro, revela suas intenções, tensões, contradições, para si própria, para o grupo e para o professor. Segundo Oliveira (1992), o espaço lúdico representa, dessa forma, um incentivo à criação de hipóteses e a ampliação da possibilidade de pensar as coisas sob vários pontos de vista que se tornam perceptíveis por terem significado, possibilitando à criança expressar-se de um jeito próprio e

peçoal, o que provavelmente não ocorreria se a situação fosse de algo pronto e acabado.

Em uma conversa com Sonia Florença (supervisora das creches do município de Santa Bárbara D'Oeste) pudemos ter contato com a proposta da Secretaria da Educação no que se refere ao trabalho com o brincar. O objetivo da Secretaria da Educação, segundo Sonia, é o de implantar “*salas ambientes*” em todas as creches do município de Santa Bárbara. Esse projeto já está em andamento e, das doze creches municipais, sete já estão sendo “equipadas” para o funcionamento dessas salas. A meta da Secretaria da Educação é que, até o início do ano 2003, as doze creches estejam com suas salas ambientes prontas.

Segundo Sonia Florença as salas ambientes são espaços nos quais os recursos didáticos-pedagógicos criam vida. A sala é dividida em: canto da brinquedoteca, canto do “*faz de conta*”, canto da leitura, canto das invenções, teatrinho, estante de brinquedos, acervo de livros, jogos e quebra-cabeças, info-educação (computadores e jogos eletrônicos), sucatoteca, canto das artes.

A prefeitura, junto com a Secretaria de Educação criou, também, uma brinquedoteca que foi instalada na creche “*Wanderlei Matarazzo*”. Esse projeto é pioneiro na prefeitura e a intenção é estendê-lo às outras unidades da rede municipal de educação infantil.

(Anexo 16).

A brinquedoteca é um espaço preparado para estimular a criança a brincar. É um lugar onde tudo convida a explorar, a sentir, a experimentar. A criança tem acesso a brinquedos variados dentro de um espaço que é essencialmente lúdico.

A Secretaria da Educação tem investido na questão do brincar, inclusive com os educadores. Cursos de capacitação foram dados, trabalhando a questão do brincar com os/as professores/as e monitores e monitoras. A Secretaria da Educação conta também com uma sala de costura onde são confeccionados materiais em tecido como: livros de histórias, bonecas de pano, bonecos, móveis, fantoches, etc. Esses brinquedos são confeccionados pela costureira e distribuídos para todas as creches.

Considerações Finais...

Quando iniciei essa pesquisa tinha poucas informações, poucos indícios que pudessem me levar a documentos e informações sobre as primeiras instituições de educação infantil do município de Santa Bárbara D'Oeste, como se constituíram e chegaram naquilo que são hoje.

O que me impulsionava era a vontade e o desejo de descobrir esses indícios, de buscar as informações que iriam me ajudar a compor esse quadro tão incompleto para mim, naquele momento. As peças do quebra-cabeça estavam ali à minha frente, só que todas espalhadas, cada uma em um canto; era preciso resgatá-las e reordená-las para que pudessem formar a imagem do todo que buscávamos ali, naquelas pequenas partes.

A cada documento encontrado, a cada novo dado que surgia nos aproximávamos mais do objetivo final desse projeto que era o de reconstruir e resgatar a história da educação infantil desse município tão belo que é Santa Bárbara D'Oeste.

Realizar esse trabalho foi muito importante para mim enquanto educadora, principalmente por ser de Santa Bárbara e por fazer parte de um pedaço da história descrita nessa pesquisa. Realizei-me triplamente, como educadora, como pesquisadora e como cidadã.

A leitura dos documentos encontrados, dos artigos publicados nos jornais da cidade e das conversas com o pessoal da Secretaria da Educação e que foram nos indicando o caminho a seguir, revela que o crescimento da

rede de educação infantil do município de Santa Bárbara, acompanhou a trajetória histórica da educação infantil no Brasil.

Os avanços conquistados nas décadas de 80 e 90 contribuíram para a regulamentação do direito à creche e à educação da criança pequena. A Constituição de 88, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foram marcos importantíssimos que, de uma forma ou de outra, acabaram mudando os rumos da educação nacional e, conseqüentemente, afirmando a necessidade da educação infantil em Santa Bárbara.

Muita coisa mudou, porém, há ainda muito a ser feito e muito a ser melhorado. A luta por uma educação para todos e de melhor qualidade ainda ecoa por toda a parte e em Santa Bárbara essa situação não é diferente. Há um caminho muito longo a ser percorrido para atender a demanda das famílias pela educação infantil. O importante, porém, é que os passos estão sendo dados.

Com este trabalho espero ter contribuído para compreender a história da educação infantil do município de Santa Bárbara D'Oeste e despertar outros pesquisadores a aprofundarem a temática. Há muito a ser pesquisado ainda. Enquanto procurávamos os documentos para serem utilizados nessa pesquisa, descobrimos muitos outros caminhos que poderiam ser percorridos para aprofundar a reconstrução histórica a que esse trabalho se propôs.

Existe muito material para ser pesquisado e explorado. O convite fica feito a todos aqueles que quiserem se aventurar no campo da pesquisa histórica.

Referência Bibliográfica

ALMEIDA, Maria Sueli K. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1978.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

CAMPOS, Maria Malta. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 2 ed, São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 1995.

Educação infantil: o debate e a pesquisa.

Cadernos de Pesquisa, n. 101(7), p. 113-127. (ano...)

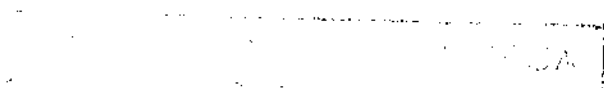
Educação infantil: crescendo e aparecendo.

Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 80, p. 11-20, fev. 1992.

CAMPOS, Maria M e ROSEMBERG, Fulvia. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1992.

CANHOLATO, Maria Conceição et al. **Diagnóstico da pré-escola no Estado de São Paulo - 1988**. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1990

CAPELATO, Maria Helena R. **Produção histórica no Brasil: 1985-1994**. São Paulo: Xamã, 1995.



CASTRO, Amélia Domingues de. **Piaget e a pré-escola**. São Paulo: Série Cadernos de Educação, 1983.

CASTRO, Marcelo L. O. de. **A educação na Constituição de 1988 e a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: André Quicé, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.

CERISARA, A. B. **A educação infantil e as implicações pedagógicas do modelo histórico-cultural**. Cadernos CEDES, n.35, p. 65-77.

CRIVELLARI, José Maria. **Santa Bárbara D'Oeste, Edição Histórica**. Editorial Focus Ltda, São Paulo, 1975.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

Dados municipais de Santa Bárbara D'Oeste. Biblioteca Municipal "Maria Aparecida de Almeida Nogueira", 1995.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

Edição Histórica de Santa Bárbara D'Oeste. São Paulo: Editora Focus, 1974.

Educação Infantil no Brasil: situação atual. Secretaria de Educação Fundamental . Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação infantil. Brasília: MEC/SEF/DPE/EDI, 1994.

ESPELETA, Justa e ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Atlas, 1991.

FAGUNDES, Magali dos Reis. **A creche no trabalho...o trabalho na creche: um estudo do Centro de Convivência Infantil da Unicamp, trajetórias e perspectivas**. Campinas: [SP: s. n.], 1997.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Direito a infância: Mario de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo: [s.n.], 1993.

Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da educação infantil. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, São Paulo: Cortez, 1999.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. e PALHARES, Marina Silveira. **Educação Infantil pós LDB: rumos e desafios**. Campinas, SP: Autores Associados; São Carlos: UFSCAR, 1999.

FAZOLO, Eliane. **Educação infantil em curso**. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: M. Fontes, 1989.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

GOBBO, Célia; OLIVEIRA, Fanny; RIBEIRO, Maria José F.; FERREIRA, Melquisedec. **Preservando nossa história – Americana**. São Paulo, 1999.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GOUVEIA, Aparecida J. **A pesquisa sobre educação no Brasil de 1970 para cá**. Cadernos de Pesquisa: São Paulo, n. 19, dez. 1976.

JONES, Judith Mac Knight. **Soldado descansa! Uma epopéia norte americana sob os céus do Brasil**. São Paulo: Edições Jarde Ltda, 1967.

KRAMER, Sonia e LEITE, Maria I. **Infância: fios e desafios da pesquisa.** 2 ed., Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 5 ed., São Paulo: Cortez, 1995.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a Educação.** São Paulo: Cortez, 1996.

**Os jardins de infância e as escolas
maternais de SP no início da República.** Cadernos de Pesquisa,
n.º 64, p. 57-60.

O jogo e a educação infantil. São Paulo:
Pioneira, 1994.

**A produção do conhecimento na área da
educação infantil: jogo e representação social da criança.**
Caxambú-MG, 1993.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História : novos objetos**. Rio de Janeiro, Alves Editora, 1976.

_____ **A Nova História**. Edições 70, LDA, 1991.

_____ **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____ **História e memória**. Campinas, SP: Ed da Unicamp, 1990.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, texto aprovado na Comissão de Educação. Cultura e Desporto da CD, São Paulo: Cortez, ANDE, 1990.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família**. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 1993.

LEITE, Regina Lúcia Scarpa Leite. **A educação infantil em São Bernardo do Campo: uma proposta integrada para o trabalho de creches e Emei's**. Equipe de educação infantil, coordenação e assessoria pedagógica. Coordenação: José Carlos piccolo e Melanina Bier Barbosa, São Bernanrdo do Campo: Prefeitura do Município, 1994.

LIBERATI, Wilson Donizete. **O Estatuto da Criança e do Adolescente - comentários**. Rio de Janeiro, Saraiva, 1991.

LUDKE, Menga e ANDRE, Marli. **Pesquisa em Educação; abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEC. Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil. MEC/SEF/Coedi- Brasília, 1992.

MONARCHA, Carlos. Educação da infância brasileira:1875-1983.
Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

MONLEVADE, João. Educação pública no Brasil: contos e descontos.
Ceilândia – DF: Idéa Editora, 1997.

MORAES, Marieta de. História Oral. Rio de Janeiro, Diadorim Editora,
1994.

MOREIRA, A .F. e SILVA, T.T. Currículo, cultura e sociedade. São
Paulo, Cortez,

**MOTA, Carlos Guilherme. Viagem incompleta: a experiência brasileira,
1500-2000.** São Paulo: Ed. SENAC: Sesc, 2000.

**MUNERATO, Rita Virgínia Salles. Educação infantil: políticas públicas
na década de 80.** Bauru: EDUSC, 2001.

**OLIVEIRA, Zilma M. Ramos de. (org.). Educação infantil: muitos
olhares.** São
Paulo: Cortez, 1995.

**OSTETTO, Luciana E. Educação infantil em Florianópolis: retratos
históricos da Rede Municipal (1976-1996).** Florianópolis: Cidade
Futura, 2000.

PATTO, Maria Helena Souza. **Estado, Ciência e Política na Primeira República – a desqualificação dos pobres**. Revista Estudos Avançados, (35, 1999, p. 167/198).

Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste. Informativo sócio-econômico, 1989.

PRIORE, Marie Del. **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

ROCHA, Eloísa A. Candal. **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia**. Campinas, SP, 1998

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIEIRA, Livia M. Fraga. **A formação do profissional da educação infantil no Brasil no contexto da legislação das políticas e da realidade do atendimento**. Proposições, vol. 10, n.º 28, março de 1999.

www.santabarbara.sp.gov.br/cmемoria

ANEXOS

Proposta Pedagógica

A Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara d' Oeste, ao elaborar sua proposta de política Educacional, assume em consonância com a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional e com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o compromisso de oferecer a todos os seus alunos, sem discriminação, uma educação de qualidade.

As necessidades oriundas da modernização, requerem a formação de um cidadão consciente de seus direitos e deveres, para que possa contribuir com a transformação de uma sociedade democrática mais justa e mais humana.

Para atender estas necessidades, a escola deverá re/pensar coletivamente seus propósitos para se fortalecer como espaço indispensável na relação humana, favorecendo o crescimento emocional, intelectual e social das nossas crianças.

A Secretaria Municipal de Educação, enquanto órgão responsável pela coordenação geral do sistema escolar, fundamentar-se-á nos princípios de liberdade, fraternidade e igualdade.

Assim, a Secretaria Municipal de Educação e suas unidades escolares deverão formar valores éticos, morais e sociais para que seus alunos vivenciem a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a participar e a co-responsabilidade no processo social.

O novo cenário mundial marcado pela globalização e modernidade, exigirá dos cidadãos novas habilidades como: autonomia para tomada de decisões, domínio das diferentes linguagens, capacidade para resolver problemas, além do conhecimento técnico, científico, filosófico e político.

Para participarmos desta complexa e competente formação, que visa uma sociedade igualitária, a escola a ser oferecida pela rede municipal, deverá ser democrática, no sentido de oferecer acesso e permanência à todos, com ensino de qualidade, sem repetência com reapropriação do saber de todos os seus usuários.

Isto se dará através de um repensar a prática e a concepção pedagógica presente em cada unidade escolar e autonomia para elaborar o seu projeto político pedagógico, que atenderá suas reais necessidades.

ANEXO 2

"Ofício 1"

Ilmo. e Exmo. Sr.

A Câmara Municipal desta Vila tem a honra de levar à presença de V. Exa. a nomeação inclusa de professor de 1as letras para a Freguesia de Santa Bárbara que lhe remeteu a respectiva Comissão Inspetora. A Câmara não pode deixar de informar a V. Exa. que, na pessoa do cidadão pretendente, Cândido José de Camargo, concorram as qualidades necessárias para desempenhar o referido emprego, e que há grande necessidade de prover aquele lugar.

Paço da Câmara Municipal da Vila da Constituição, em sessão extraordinária de 24 de fevereiro de 1850.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. e Presidente desta Província de São Paulo.
Domingos José Lopes Roiz. Antônio Fiuza de Almeida.
Salvador de Ramos Correa. Manoel da Rocha Garcia. Francisco Ferraz de Carvalho."

"Ofício 2"

"O Sr. Presidente declarou que o motivo da presente sessão é o ofício do Exmo. Presidente, a fim de dar-se posse ao professor de 1as. letras de Santa Bárbara, que, posto em discussão, foi deliberado que se cumpra." (At. 06/05/1850)

“Ofício 3”

Foi lido um requerimento de Cândido José de Camargo professor de 1as letras da Freguesia de Santa Bárbara, pedindo atestado. O Sr. Ferraz indicou que, apesar de pouco conhecimento que tem desse professor, está informado que ele não cumpre com seus deveres, e até que ele confessou um indivíduo na igreja de Santa Bárbara. O Sr. Fiuza indicou que este negócio não tem ingerência com a Câmara visto nome a do Inspetor do Distrito para este Município.

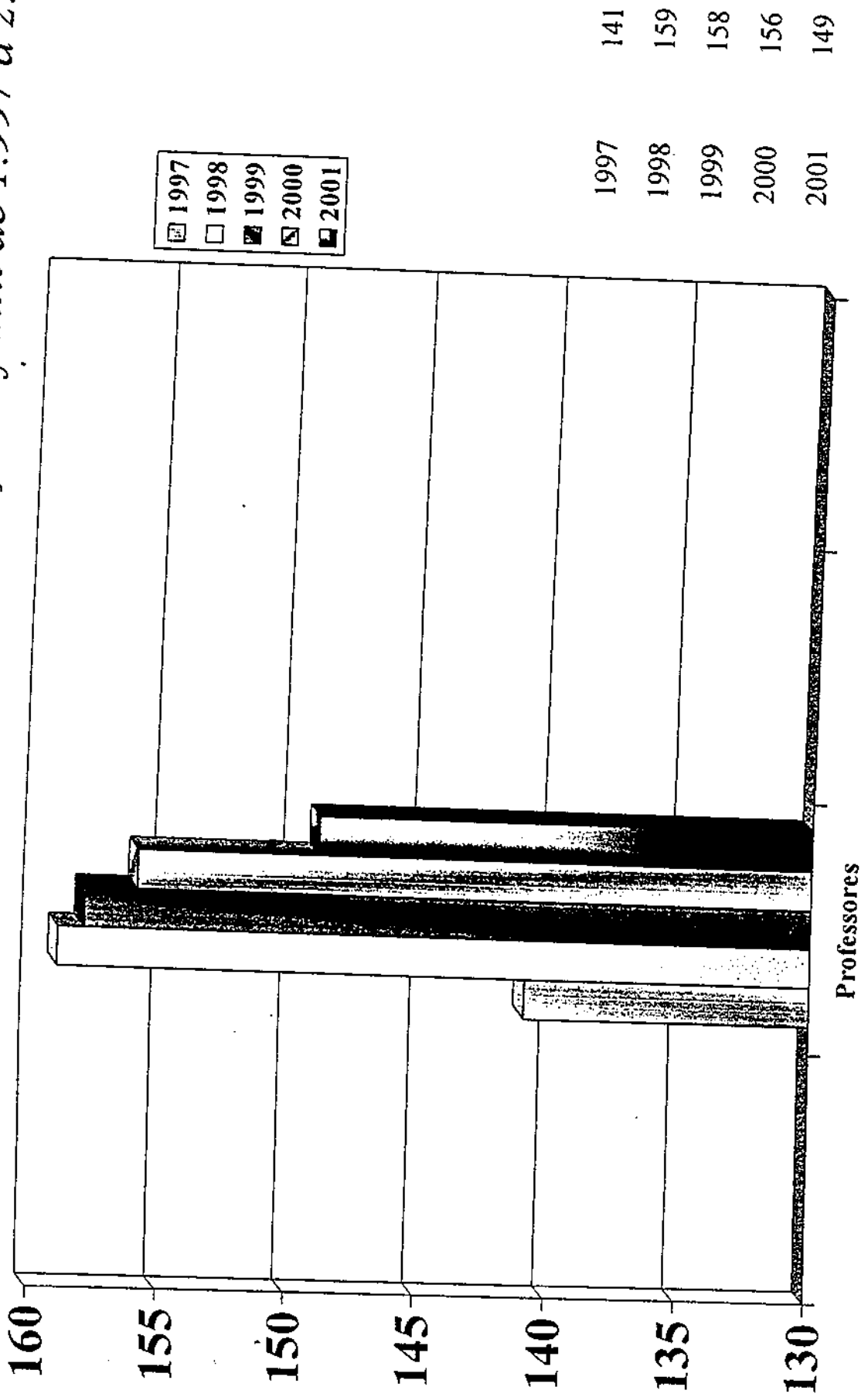
Finalmente deliberou a Câmara que recorresse ao Inspetor do Distrito.” (At. 29/02/1852).

“Ofício 4”

Foi lido igualmente um requerimento de Felipe de Paula Eduardo, professor do sexo masculino do ensino primário de Santa Bárbara, pedindo atestado do dia da abertura da sua aula, número de alunos freqüentes ao exercício na mesma aula, requerendo a esta Câmara, na falta do Inspetor do Distrito. Mandou a Câmara passar.” (At.01/01/1864).

ANEXO 3

Análise do número de professores de Educação Infantil de 1.997 a 2.001



ANEXO 4

Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

C.E.P. 13.450



LEI Nº 1282, de 21 de novembro de 1977:

"Dispõe sobre autorização para criar
Pré Escolas Municipais".

ISAIAS HERMÍNIO ROMANO, Prefeito Municipal de Santa
Bárbara d'Oeste, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e
eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar Pré Esco-
las Municipais, na rede escolar do Município.

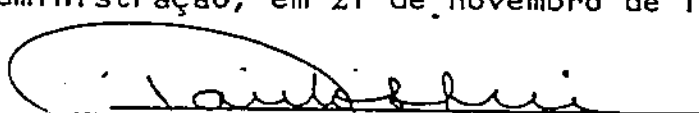
Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Bárbara d'Oeste, 21 de novembro de 1977.


ISAIAS HERMÍNIO ROMANO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no Departamento dos Negócios
da Administração, em 21 de novembro de 1977.


PAULO SILVA LÚCIO
Chefe do Serviço de Administração.

ANEXO 5

HÁ DEFICIÊNCIA DE CRECHES NA CIDADE

Por várias oportunidades pudemos sentir e analisar junto aos interlocutores o fato de que a cidade, entre as tantas deficiências que apresenta, carece de maior número de creches, para atender à grande demanda de crianças.

Apenas uma Creche, a Menino Jesus, funciona na cidade, com capacidade para 50 crianças e atendendo a 120, dentro do "sistema-rodizio": comer, brincar e dormir.

Notoriamente, essas entidades são de grande importância, na medida em que educa, supre a deficiência alimentar do menor, propicia lazer sócio-educativo e, o que é muito significativo, libera a mãe para o trabalho extra-lar, que passa assim, a contribuir para a melhoria no orçamento familiar.

Possuímos várias obras sociais funcionando a contento e prestando inestimáveis serviços. A ampliação da atual Creche, e/ou construção de novas unidades se faz mister, urgente. As lideranças políticas, principalmente, precisam se movimentar nesse sentido, reivindicando junto à FEBEM e CEAS, recursos para manutenção e construção, respectivamente, de Creches que tão bons serviços prestam à coletividade.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA APARECIDA DE ALMEIDA NOGUEIRA

Jornal: Jornal D'Oeste

Número: 2992

Data: 10.12.85

Página: 1

Assunto: Creche Municipal "Antonio Mollon" - Inauguração

EM 165 ANOS, SURGE A 1.A CRECHE MUNICIPAL

A cidade foi fundada por dona Margarida da Graça Martins, no dia 4 de dezembro de 1818, portanto há 167 anos e somente agora, na administração José Maria de Araújo Júnior que a comunidade barbaense ganha uma creche municipal, com capacidade de início, para 60 crianças, mais 2 classes de pré-escola. O benefício pioneiro será inaugurado no dia 21, às 20 horas, na Vila Mollon.

Através do decreto 2008-85, baixado na sexta-feira pelo chefe do Executivo, a creche recebeu sua de-

nominação de Antonio Mollon, em homenagem a um dos fundadores do bairro onde ela está instalada. Porém vale registrar que o nome foi escolhido pelos próprios moradores, através de consultas às escolas, igrejas e comunidades religiosas da região.

MOBILIA

Diversas empresas da cidade estão colaborando, segundo o prefeito, para a aquisição da mobília da primeira creche municipal e através do Jornal D. Oeste, o alcaide agradece-as.

ANEXO 7



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

C E P 13450

60211

DECRETO Nº 2006, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1985

"DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE PRÓPRIO MUNICIPAL."

JOSE MARIA DE ARAUJO JUNIOR, Prefeito Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o disposto no inciso XIX do art. 39, do Decreto-Lei Complementar nº 9, de 31 de Dezembro de 1969 e alterações subsequentes;

CONSIDERANDO que cumpre à COMUNIDADE BARBARENSE reconhecer e ressaltar, publicamente, o valor e o trabalho que seus integrantes dedicam ao Bem Estar da Coletividade;

CONSIDERANDO que ANTONIO MOLLON, filho de FERDINANDO MOLLON e de Da. AMÁBILE ZAMBOLINI, nascido em Santa Bárbara d'Oeste aos 24 de Dezembro de 1899 e falecido em 25 de Outubro de 1990, além de pautar sua vida em atos que serviram e servem de exemplos, o que aliás vem sendo tradicionalmente reiterado por seus DIGNOS FAMILIARES, foi pioneiro na implantação do bairro denominado VILA MOLLON, tendo inclusive doado a área onde erigida foi a Igreja de São João Batista;

CONSIDERANDO que ANTONIO MOLLON, em suas atividades, sempre procurou e de maneira relevante colaborar com o desenvolvimento social de nossa Comunidade, nela colocando invariavelmente a prática do bem e da elevação de seus semelhantes;

CONSIDERANDO que ANTONIO MOLLON também de maneira intensa e ininterrupta sempre se colocou ao lado das boas causas em prol de nosso Município, jamais se abatendo pelos obstáculos que a tanto se apresentavam;

CONSIDERANDO, ademais, A MANIFESTAÇÃO PÚBLICA não somente da aquele Bairro VILA MOLLON, como também de outras áreas do nosso Município, sempre reconhecendo e enaltecendo o valor e as obras de ANTONIO MOLLON.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica denominado "CRECHE MUNICIPAL ANTONIO MOLLON", o próprio municipal localizado na esquina-confluência das Ruas Do Cromo e Níquel, em Santa Bárbara d'Oeste.

ANEXO 8

Jornal D'Oeste, 21 de dezembro de 1985.

Primeira creche municipal

Hoje, as 20:00 horas o prefeito José Maria de Araújo Júnior, cumprindo o que prometeu em campanha – “Não vamos fazer creches para manadas de animais, mas sim, para seres humanos – crianças” – inaugura a primeira creche municipal da história da cidade, desde sua fundação a 167 anos. Ilustres personalidades do cenário político-social deverão estar presentes na solenidade, dentre as quais o vice-governador Orestes Quércia, que de prontidão aceitou o convite formulado pelo chefe do Executivo barbareense.

Instalada numa área de 800 metros quadrados de construção, a creche “Antonio Mollon”, como foi denominada, conta com quatro salas de aula, duas salas para berçários, dois refeitórios, uma cozinha, lactário, duas salas para atendimento médico, depósito, recepção e sanitários.

Esta é uma obra importante para o bairro Mollon, pois irá beneficiar muitas famílias. A empresa responsável pela obra, foi a Ronizan – Construtora e Administração Ltda. O custo hoje dessa obra, corrigido, é de 880 milhões de cruzeiros e foi construída na esquina das ruas do Cromo com a do Cobre.

Pesquisa apontou o nome da creche

Por determinação do prefeito, foi realizada junto aos escolares e moradores da Vila Mollon, uma pesquisa para apontar o nome da creche municipal. Centenas de moradores desse populoso bairro apresentavam sugestões e o nome escolhido foi o do Sr. Antonio Mollon.

O prefeito através do decreto 2006, perpetuou o nome de Antonio Mollon na primeira creche municipal de Santa Bárbara.

Jornal Diário, 16 de maio de 1987.

ANEXO 9



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

CEP 13460

026

DECRETO Nº 2117, DE 15 DE MAIO DE 1987

"DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE PRÓPRIO MUNICIPAL".

JOSE MARIA DE ARAÚJO JÚNIOR, Prefeito Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o disposto no inciso XIX do art. 39, do Decreto-Lei Complementar nº 9, de 31 de Dezembro de 1969 e alterações subseqüentes;

CONSIDERANDO que cumpre à COMUNIDADE BARBARENSE reconhecer e ressaltar, publicamente, o valor e o trabalho que seus integrantes dedicam ao Bem Estar da Coletividade;

CONSIDERANDO que Dona MARIA ANTONIA DEFÁVARI ARAÚJO, filha de JOÃO DEFÁVARI e de D. EUGÊNIA FOSCA CAMPAGNOL DEFÁVARI, nascida no Município de Rio das Pedras aos 28 de Novembro de 1905 e falecida em 30 de Janeiro de 1983, pautando sua vida em atos que serviram e servem de exemplos;

CONSIDERANDO que Dona MARIA ARAÚJO, em suas atividades, sempre procurou, de maneira relevante, colaborar com o desenvolvimento social de nossa Comunidade, nela colocando invariavelmente a prática do bem e da elevação de seus semelhantes.

D E C R E T A:

- Art. 1º - Fica denominado "CRECHE MUNICIPAL DONA MARIA ARAÚJO", / próprio municipal localizado na Rua Maceió, 445, Cidade Nova, em Santa Bárbara d'Oeste.
- Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
- Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Bárbara d'Oeste, 15 de maio de 1987


JOSE MARIA DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO 10

Hoje inauguração da creche do Cidade Nova

A creche do Cidade Nova denominada “Dona Maria Araújo” será inaugurada hoje, Sábado, com solenidade a partir das 19:30 h. à rua Maceió, ao lado da Regional Administrativa e do Posto Médico e Policial.

O prefeito José Maria Araújo Júnior, estará fazendo a entrega da Obra, que veio atender a uma antiga reivindicação dos moradores daquele bairro, especialmente as mães que trabalham fora de seus lares.

A referida Obra, tem capacidade para atender a mais de 60 crianças de 0 a 6 anos e funcionará das 7 às 18 horas, onde os assistidos poderão contar com professores especializados, atendimento médico, pajens e nutricionistas para elaborar o cardápio que deverá ser servido 4 vezes ao dia. A creche contará com sala de administração, de pediatria, cozinha, despensa, lactário, refeitório, lavanderia, 3 salas de aula, galpão aberto, berçário, solário, vestiário para funcionários e sanitários masculino e feminino. Está situada numa área de 2.500 metros quadrados, com 587 metros quadrados de construção.

ANEXO 11



Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

ESTADO DE SÃO PAULO

CEP 13450

073

DECRETO Nº 2133, DE 24 DE JULHO DE 1987

"DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE PRÓ-
PRIO MUNICIPAL".

JOSÉ MARIA DE ARAÚJO JÚNIOR, Prefeito Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial o disposto no inciso XIX do art. 39, do Decreto Lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969 e alterações subsequentes;

CONSIDERANDO o trabalho social e beneficente que tem sido desenvolvido pelo ROTARY CLUB de Santa Bárbara d'Oeste, sempre em prol da Comunidade em geral;

CONSIDERANDO, ademais, a colaboração que o ROTARY CLUB de Santa Bárbara d'Oeste tem ensejado tanto à Administração Pública Municipal, bem assim às Entidades Benéficas sediadas no Município,

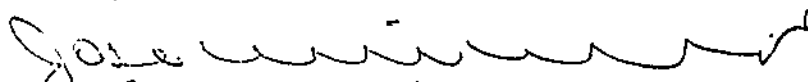
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado "CRECHE MUNICIPAL ROTARY", o próprio municipal localizado na rua do Açúcar, 550, do bairro Jardim Pérola, em Santa Bárbara d'Oeste.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Bárbara d'Oeste, 24 de julho de 1987


JOSE MARIA DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO 12

Jornal Diário, 21 de julho de 1987

Santa Bárbara ganha mais uma creche

No próximo Sábado, dia 25 d julho, às 18:30 h., o prefeito municipal José Maria de Araújo Júnior, estará inaugurando a Creche Municipal Rotary Clube, situada à Rua do Açúcar, 550, no Jardim pérola, elevando para três, o número -de creches municipais entregues à população pela atual administração.

Executada dentro dos padrões da moderna arquitetura, a nova obra possui uma área construída de 587 m² e abriga sala de administração, pediatria, lactário, lavanderia, 3 salas de aula, berçário, refeitório, solário, vestiário para funcionários, conjunto de sanitários e um galpão aberto medindo 70 m².

A creche construída pela empresa SSB – Incorporadora e Construtora Ltda. Com um custo final de Cz\$ 2.416.908,00 terá capacidade para atender a dezenas de crianças de 0 a 6 anos daquela região, no sentido de que elas recebam alimentação, acompanhamento médico e aulas de pré-escola com pessoal especializado. O surgimento da creche municipal Rotary Clube irá oferecer conforto para as crianças, ao mesmo tempo, proporcionando aos pais e mães condições para trabalharem com maior tranquilidade.

O fato do Rotary Clube ter o nome perpetuado na nova obra é porque todo o mobiliário (equipamento) da creche foi fornecido pelo Clube, daí a homenagem prestada pelo Poder Público Municipal.

ANEXO 13

REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Educação Infantil

0 a 3 anos – 12 unidades (Creches) – 2 funcionando nas ADIs – (Área de Desenvolvimento Infantil)

4 a 6 anos – 38 unidades : 11 funcionando nas Creches
 02 funcionando nas ADIs
 16 funcionando em prédios próprios (EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil)
 09 funcionando junto as escolas de ensino fundamental (EMEFEI – Escola Municipal de Educação Infantil)

Total de alunos: 5304

Ensino Fundamental

1ª a 4ª Série: 18 unidades

- 02 unidades funcionando nas ADIs
- 09 unidades com atendimento em Educação Infantil (EMEFEI)
- 07 unidades com atendimento de 1ª a 4ª série

Total de alunos: 4716

EJA – Educação de Jovens e Adultos

Suplência I – 1ª a 4ª série: 11 unidades

Total de alunos: 470

Escolas Particulares de Educação Infantil

- 07 unidades
- 04 unidades (*em processo de autorização*)

Escolas Particulares de Ed. Infantil, Ens. Fundamental e Médio

- 08 unidades

Agosto/2002.

Creches	Capacidade			Total	Matriculados			Dem. Favorável			Demanda S/Trabalho			Demanda S/Prioridade			Total Dem.	Vagas Setembro			Vaga momento									
	B	I	III		B	I	III	B	I	III	B	I	III	B	I	III		B	I	III	B	I	III							
1- Antonio Mollon	5	20	30	24	75	4	18	25	23	2	2	0	14	5	8	4	7	2	5	4	5	58	1	2	6	1	0	0	3	0
2- ADI Angélica	10	20	28	48	105	10	19	19	35	2	0	1	0	0	4	4	0	1	0	1	0	13	0	1	9	13	0	0	8	11
3- D. Carmelina	5	15	24	24	65	5	13	22	21	5	6	1	1	6	4	4	5	1	5	1	2	41	0	2	2	3	0	0	0	1
4- D. Maria Araújo	5	12	40	20	75	5	12	34	21	17	5	0	2	12	15	16	11	2	10	3	4	97	0	0	6	0	0	0	6	0
5- Dr. Euvaldo Q. Dias	5	15	48	48	115	5	15	47	43	12	12	0	1	5	4	7	5	3	3	3	4	59	0	0	1	5	0	0	1	3
6- Geraldo Rocha Campos	5	20	24	24	75	4	20	16	20	1	0	0	0	2	2	0	1	1	3	2	1	13	1	0	8	4	0	0	8	4
7- Irmã Dulce	15	20	30	24	85	12	20	29	21	0	0	1	0	5	3	11	6	0	1	2	0	29	3	0	1	3	1	0	0	1
8- Olímpia G. Romi	5	15	24	24	65	5	15	21	23	2	6	1	2	1	7	5	7	1	5	4	6	47	0	0	3	1	0	0	2	0
9- Rotary	10	20	24	24	75	10	17	23	23	8	0	2	0	5	4	6	6	1	4	11	5	52	0	3	1	1	0	3	0	1
10- Vanderlei Matarazzo	15	20	35	72	142	14	19	34	53	0	11	3	0	4	6	5	6	2	2	7	0	46	1	1	1	19	0	0	0	18
11- Vera Lúcia	15	15	28	28	80	12	13	21	27	0	3	0	3	5	4	5	5	3	4	2	6	40	3	2	7	1	3	0	7	0
12- Zinho Saes	5	15	24	24	65	5	14	12	19	2	1	0	2	3	3	1	5	2	1	1	3	24	0	1	12	5	0	0	12	3
Subtotal	100	207	359	384	1050	91	195	303	329	51	46	9	25	53	64	68	64	19	43	41	36	319	9	12	57	56	4	3	47	42
TOTAL			1050		1050		918			131				249				139				319			134				96	

14/10/02

14/10/02



Obs.: Foram acrescentadas 02 vagas, devido desistências no início de outubro.



FICHA DE INSCRIÇÃO E ENTREVISTA SOCIAL PARA VAGA NA CRECHE

DATA DE / /

Data de Nascimento

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA	
1- /	/ /
2- /	/ /
3- /	/ /
FILIAÇÃO / RESPONSÁVEL	
Nº BAIRRO	
ENDEREÇO	
IRMÃOS N.º CRECHE (NOME):	

SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Nº	PRÉ NOME	PARENTESCO	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	INSTRUÇÃO	PROFISSÃO	SALÁRIO	DESPESAS	VALOR
1									Habitação	
2									Org. Alimentar	
3									Água	
4									Luz	
5									Imposto	
6									Vestuário	
7									Educação	
8									Saúde	
9									Transporte	
10										

ENTREVISTA

SITUAÇÃO HABITACIONAL

TIPO	OCUPAÇÃO
Fijolo	Alugada ()
Albua	Própria ()
Barraço	Cedida ()
	Financiada ()
	c/outras ()

SOCIAL

Nº de CÔMODOS

Pon

Creche ganha uma brinquedoteca para 250 crianças

A Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara d'Oeste implantou, ontem, um projeto pioneiro, a Brinquedoteca, na Creche "Wanderlei Matarazzo". A intenção é expandir o projeto para todas as 12 creches mantidas no município. A Creche "Wanderlei Matarazzo" atende 250 crianças do bairro Ângelo Giubina e adjacências. A proposta da brinquedoteca é permitir a socialização das crianças que ficam o dia todo nas creches, para que tenham um convívio na unidade semelhante ao que dispõe em casa.

A solenidade de inauguração da primeira brinquedoteca da cidade ocorreu ontem à tarde. A Brinquedoteca contará com uma monitora para coordenar as atividades e com as professoras. As turmas passarão pelo mais novo espaço de lazer de duas a três vezes por

semana. Cada turma terá a oportunidade para usar a brinquedoteca de uma a uma hora e meia durante o dia de atividade.

A secretária municipal de Educação, Ana Maria Padovani Pires, informou que a brinquedoteca é uma conquista para a rede municipal de ensino, assim como para as próprias crianças que ficam diariamente nas creches da cidade.

Segundo a coordenadora Márcia Xavier de Barros Rodrigues, a brinquedoteca da Creche Matarazzo foi projetada e criada com a disponibilização de um dos dois espaços usados para sala de descanso das crianças. Os brinquedos foram adquiridos com recursos obtidos pela APM (Associação de Pais e Mestres) durante promoções.

(Claudete Campos)

